



Investigação Científica,
Acadêmica e profissional



v. 12 n. 1 janeiro/março 2023

www.editorahawking.com.br/



Revista Científica

~
IMENSÃO



Revista Dimensão

v.12 n.1 Janeiro/março 2023

Maceió-AL
2023



EDITORIAL: Betijane Soares de Barros

REVISÃO ORTOGRÁFICA: Editora Hawking

DIAGRAMAÇÃO: Luciele Vieira

DESIGNER DE CAPA: Editora Hawking

IMAGENS DE CAPA: canva.com

ARTE FINAL: Luciele Vieira

O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.



A Revista Dimensão está sob os direitos da Creative Commons 4.0

https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR

NOTAS DO EDITOR

Para baixar o PDF de cada artigo da Revista Dimensão a partir do seu smartphone ou tablet, escaneie o QR code publicado na capa da revista, o qual irá remeter para a página da editora, local onde se encontra a mostra da versão impressa.

Revista Dimensão /Editora Hawking

- Vol 12, n.1 (2023) – Maceió – AL: Editora Hawking, 2023

–Trimestral

ISSN 2675-5238

1. Revista Dimensão – Periódicos I. Brasil, Editora Hawking

Editora Hawking 2023

Av. Comendador Francisco de Amorim Leão, 255 - Farol, Maceió - AL, CEP 57057-780

Disponível em: www.editorahawking.com.br editorahawking@gmail.com

DIREÇÃO EDITORIAL

Dr^a Betijane Soares de Barros

Instituto Multidisciplinar de Alagoas – IMAS

<http://lattes.cnpq.br/4622045378974366>

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana de Lima Mendonça

Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2001)

Mestre em Química e Biotecnologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2004)

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)

Pós-doutorado em Biotecnologia através do Programa Nacional de Pós Doutorado (PNPD/RENORBIO/CAPES, 2014)

<http://lattes.cnpq.br/0381713043828464>

Dr. Anderson de Alencar Menezes

Licenciado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 1998)

Bacharel em Teologia pelo Centro Unisal - Campus Pio XI (São Paulo) (UNISAL, 2002)

Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2005)

Doutor em Ciências da Educação pela Universidade do Porto (UPORTO, Portugal, 2009)

<http://lattes.cnpq.br/3996757440963288>

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

Bacharel em Farmácia pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 1999)

Licenciada em Educação Física pela Universidade Claretiano (CLARETIANO, 2019)

Tecnóloga em Análise e Desenvolvimento de Sistemas pela Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas (UNCISAL, 2015)

Especialista em Nutrição Materno-Infantil pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Farmácia Clínica Direcionada à Prescrição Farmacêutica pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2017)

Especialista em Análises Clínicas pela Unyleya Editora e Cursos S/A, (UNYLEYA, 2016)

Especialista em Plantas medicinais: manejo, uso e manipulação pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2001)

Especialista em Farmacologia: Atualizações e Novas Perspectivas pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2002)

Mestre em Modelagem Computacional de Conhecimento pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011).

Doutora em Ciências pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2015).

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

Graduado em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)

Graduado em Matemática pelo Centro de Ensinos Superiores de Maceió (CESMAC, 2015)

Mestre em Meteorologia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

Bacharel em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 1996)
Mestre em Zootecnia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM, 2000)
Doutor em Zootecnia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP, 2004)
<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Jamyle Nunes de Souza Ferro

Bacharel em Farmácia pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2009)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2012)
Doutora em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2016)
Pós-doutorado pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2744379257791926>

Dr^a. Laís Agra da Costa

Graduada em Ciências Biológicas na Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2011)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
Doutora em Ciências Biológicas (Biofísica) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ, 2018)
<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr. Patrocínio Solon Freire

Graduado em Filosofia pela Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP, 2000)
Bacharel em Teologia pela Universidade Pontifícia Salesiana (UPS- Itália, 2004)
Especialista em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP, 2004)
Especialista em Gestão Educacional pela Faculdades Integradas Olga Mettig (FAMETTIG, 2006)
Mestre em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2009)
Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/5634998915570816>

Dr. Rafael Vital dos Santos

Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2006)
Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Especialista em Diagnóstico Molecular pela Faculdade Pernambucana de Saúde (FPS, 2014)
Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2010)
Doutor em Materiais pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL, 2014)
<http://lattes.cnpq.br/300068446222111>

AVALIADORES DESTE NÚMERO

Dr^a. Andrea Marques Vanderlei Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/5455567894430418>

Dr. Eduardo Cabral da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2609068900467599>

Dr. Fábio Luiz Fregadoli

<http://lattes.cnpq.br/7986638670904115>

Dr^a. Laís Agra da Costa

<http://lattes.cnpq.br/2066151967059720>

Dr^a. Lucy Vieira da Silva Lima

<http://lattes.cnpq.br/0010369315381653>

Dr. Rafael Vital dos Santos

<http://lattes.cnpq.br/3000684462222111>

EDITORIAL

A Revista Dimensão (ISSN 2675-5238) iniciada em 2020, é um periódico multidisciplinar trimestral, conta com artigos originais e de revisão da área da educação, saúde, gestão, direito, ciências, administração, tecnologia e outros, desenvolvidos em mestrados e doutorados acadêmicos, por profissionais de instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais. O objetivo da Revista Dimensão é promover o caráter científico, com enfoque no sujeito, entre pesquisadores, graduandos e de pós-graduação que atuam em diferentes áreas do conhecimento. Os artigos encaminhados serão submetidos à avaliação da Assessoria Científica que decidirá sobre a conveniência da publicação, orientando aos autores sugestões e possíveis correções.

De acordo com a política de acesso público e de direitos autorais adotada pela Revista Dimensão, que utiliza a Licença Creative Commons - CC BY, que permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do meu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que atribua o devido crédito pela criação original. Deste modo, cedo à revista o direito de primeira publicação, com reconhecimento da autoria e publicação inicial nesta revista.

A Revista Dimensão é uma publicação periódica editada com o intuito de disseminar o conhecimento científico e promover o progresso da ciência. Esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica.

Betijane Soares de Barros

SUMÁRIO

ATUAÇÃO DE PEDAGOGOS: NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS NO MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS <i>Alisson Rafael da Silva Bezerra</i> <i>Iris Mayara Vasco Gondim Feitoza</i> <i>Alex das Chagas Rosa</i> <i>Jonas dos santos Lima.....</i>	1
A TUBERCULOSE NA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO DA PANDEMIACOVID-19 NO BRASIL <i>Isabel Cristina da Rocha Silva Rodrigues</i> <i>Andrea Marques Vanderlei Fregadolli</i>	21
AS AULAS REMOTAS E OS IMPACTOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DAREDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS <i>Neiany Gabrielle Santos Farias</i> <i>Roseane Farias da Silva</i> <i>Maria Lúcia Pereira Silva Lima</i> <i>Alex Chagas Rosa</i> <i>Jonas dos Santos Lima.....</i>	28
A TERCEIRA IDADE NA SALA DE AULA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES <i>Raiane Martins Menezes</i> <i>Alex das Chagas Rosa</i> <i>Jonas dos Santos Lima.....</i>	48
O DESAFIO DE ALFABETIZAR ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERÍODO DA PANDEMIA – 2020 A 2021 <i>Silvia Cristiane Pereira</i> <i>Alex das Chagas Rosa</i> <i>Sandra Cristina de Sousa Alves</i> <i>Jonas dos Santos Lima.....</i>	65



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

ATUAÇÃO DE PEDAGOGOS: NO CENTRO DE REFERÊNCIA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS NO MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS

Alisson Rafael da Silva Bezerra¹
Iris Mayara Vasco Gondim Feitoza²
Alex das Chagas Rosa³
Jonas dos Santos Lima⁴

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo apresentar a atuação de Pedagogos (as) no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS no Município de Penedo/Alagoas, contribuindo assim, para a diminuição da vulnerabilidade social dos usuários e de seus respectivos grupos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, baseada numa pesquisa bibliográfica e posteriormente como pesquisa de campo. A pesquisa realizada nos propõe um estudo sobre a importância das atribuições do Pedagogo em ambientes não-formais, especificamente no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS. O Pedagogo é atuante em diferentes espaços, tanto em ambientes formais que podem ser: escolas públicas ou privadas e creches, quanto em ambientes não-formais, que são ambientes em que acontecem a interação por meio de atividades realizadas com a participação de pessoas, visando sempre contribuir com o ensino-aprendizado de todos os envolvidos presentes. Portanto, o artigo visa à importância de entender que o curso de Pedagogia proporciona aos seus acadêmicos a possibilidade do mesmo ser atuante em outras áreas de ensino-aprendizado, enfatizando a riqueza do saber pedagógico, onde o profissional da educação colabora se envolvendo e se comprometendo em ajudar na formação de ideias para que assim aconteça a transformação social no mundo, proporcionando a melhoria da educação. Essa pesquisa aconteceu de duas maneiras: a primeira foi a pesquisa de campo feita com as pedagogas dos CRAS de PENEDO/AL onde foi aplicado um questionário.

Palavras-chave: Pedagogo. Assistência Social. Espaços não-formais.

¹ E-mail: alissonrafael811@gmail.com

² E-mail: prof.iris@frm.edu.br

³ E-mail: prof.alex.chagas@frm.edu.br

⁴ E-mail: jonaslima183@gmail.com

INTRODUÇÃO

Atualmente, na educação, vêm ocorrendo inúmeras transformações dentro do currículo e do próprio curso de Pedagogia, pois o ensino-aprendizado não se concentra apenas dentro da sala de aula, havendo assim mudanças com relação à ideia dos espaços formais. Sala de aula para ambientes não-formais, empresas, hospitais, museus e entre outros, chamados novos espaços em que a educação está presente. Neste contexto, o Pedagogo precisou se adaptar a essas novas mudanças com relação ao aprendizado a esses novos espaços: ONG's, CRAS, CREAS, SCFV, associações de bairros, grupos culturais e religiosos.

O papel do Pedagogo de forma universal é garantir aos educandos um ensino-aprendizado de qualidade que vise ao seu desenvolvimento educacional, intelectual, moral e social. O Pedagogo é atuante em diferentes espaços. Tanto em ambientes formais que podem ser: escolas públicas ou privadas e creches, quanto em ambientes não-formais, que são ambientes em que acontecem a interação por meio de atividades realizadas com a participação de pessoas, visando sempre contribuir para o ensino-aprendizado de todos os envolvidos ali presentes.

É dentro do conceito de uma Pedagogia não-formal que o Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) possibilita a atuação do profissional de educação, o “Pedagogo”. Com uma dinâmica pedagógica que vai muito além do que ensinar e educar de forma básica, ou seja, ele é atuante dentro do processo educacional e social em ambientes formais ou não-formais, tendo práticas específicas e exclusivas para cada público-alvo com as suas respectivas necessidades.

Neste contexto, o Pedagogo propõe trabalhar com o aluno (usuário) práticas pedagógicas e metodologias que os ajudem no seu empoderamento diante dos obstáculos que venham a surgir, contribuindo para que ele se torne um ser social, crítico e ativo diante da sociedade. Em vista disso, tem-se a educação como ferramenta transformadora, sabendo-se que é procedimento contínuo.

1. EMBASAMENTO TEÓRICO

O conceito de educação sofreu alterações ao longo do tempo, o qual não se restringe mais aos espaços escolares formais, começando a atuar fora dos muros da escola para diferentes e diversos ambientes. As atividades pedagógicas acontecem não só apenas dentro do

ambiente familiar ou escolar, mas onde haja a necessidade que o ensino e aprendizagem sejam postos em prática, ou seja, em grupos religiosos, culturais, empresariais, hospitalares, Ong's, etc.

De acordo com Libâneo (2005):

De fato, vem se acentuando o poder pedagógico de vários agentes educativos formais e não formais. Ocorrem ações pedagógicas não apenas na família, na escola, mas também nos meios de comunicação, nos movimentos sociais e outros grupos humanos organizados em instituições não escolares. (LIBÂNEO, 2005).

Existem inúmeras formas de intervir no processo de ensino-aprendizagem do aluno através de (livros, jogos e brincadeiras, revistas em quadrinhos, televisão, dentre outros). O professor deve elaborar uma proposta de ensino baseada em atividades pedagógicas dinâmicas que visem amenizar as dificuldades dos alunos dentro e fora dos muros da escola. Essa intervenção pode acontecer por meio da construção de jogos pedagógicos, produção de histórias em quadrinhos, notícias de jornais e revistas.

Na visão de Libâneo (2005):

Há intervenção pedagógica na televisão, no rádio, nos jornais,

nas revistas, nos quadrinhos, na produção de material informativo, tais como livros didáticos e paradidáticos, enciclopédias, guias de turismo, mapas, vídeos e, também, na criação e elaboração de jogos, brinquedos. (LIBÂNEO, 2005, p. 27).

A educação é um processo contínuo que se faz presente nos diversos ambientes, sejam formais ou não formais, onde há uma interação de pessoas em busca de conhecimentos por meio de atividades de caráter pedagógico. Esse processo educacional não está restrito apenas ao ambiente escolar e muito menos a sala de aula. Ele vai muito além, está presente também nas empresas, hospitais, grupos culturais e religiosos, ONG's, CRAS, CREAS, entre outros locais.

De acordo com Brandão (1985); "A educação está em toda parte, ninguém escapa dela. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de outros todos nós envolvemos pedaços da vida a ela: para aprender, para ensinar, para aprender e ensinar."

Assim, as crianças e adolescentes que frequentam projetos sociais desenvolvidos pelo CRAS alcançarão de forma dinâmica e prática o ensino-aprendizagem, do conhecimento, da

participação de práticas pedagógicas de caráter social e terão a oportunidade de aprender uma profissão por meio de trabalhos desenvolvidos através de oficinas pedagógicas, culturais, esportivas e profissionalizantes.

Destarte, a vivência pedagógica se dá como ramo do conhecimento cuja especialidade é realizar uma mediação de caráter universal e uno sobre a realidade da educação. A pedagogia social por sua vez tem suas características não só voltadas à educação tradicional, mas também colabora com a construção de propostas de ensino inclusivo, tendo sempre em vista estabelecer um compromisso com características inovadoras que serão de extrema importância no campo educacional, seja ele escolar ou social.

O Pedagogo é livre para atuar nas diversas áreas em que ele se permite estar para desenvolver a sua prática, desde a docência em escolas públicas ou privadas, coordenação e gestão em ambientes formais como também a atuação em empresas, hospitais, instituições governamentais, projetos desenvolvidos por ONG's, igrejas, entre outros. Isso irá acontecer a partir do momento em que o profissional sai da sua zona de conforto tradicional a "Escola" e vai em busca de conhecer e vivenciar os diversos caminhos da Educação. Um desses

é a sua atuação no ambiente social CRAS, no qual surge e vem contribuir com as práticas sociais referentes as demandas socioeducativas que ali se fazem presentes.

Desse modo, Libâneo explica que: O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (LIBÂNEO, 1999, p. 30-31).

O presente artigo tem como objetivo apresentar a atuação do pedagogo nas atribuições orientadas pelo Nob-Suas, nas atividades desenvolvidas no Centro de Referência em Assistência Social – CRAS no município de Penedo/Alagoas. O público alvo foram os usuários (crianças com faixa etária de 7 a 10 anos) e pedagogas que atuam no centro de referência CRAS.

Fizeram-se presentes também nesse artigo alguns autores que serviram de base para nortear a construção desse estudo: Freire (2000), Libâneo (2005), Brandão (1985), Libâneo (1999), Franco (2012), Saviani (1985), Gadotti (2004), Caliman (2008), Libâneo (2000), Almeida (2010) entre outros autores.

Neste sentido, entendemos que o curso de pedagogia proporciona a seus acadêmicos a possibilidade do mesmo ser atuante em outras áreas de ensino-aprendizado enfatizando a riqueza do saber pedagógico, visto que o profissional da educação colabora se envolvendo e se comprometendo em ajudar na formação de ideias para que assim aconteça a transformação social no mundo, proporcionado a melhoria da educação.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica é uma pesquisa organizada com conteúdos e ideias interligadas de maneira lógica e coerente, possibilitando o entendimento e a compreensão de quem irá ler.

Vale ressaltar que não é apenas a junção de ideias e conceitos válidos de outros autores, ela consiste na revisão de documentos de caráter científico e de pesquisa como: artigos científicos, textos, revistas e livros, todo e qualquer material e instrumento que serão utilizados para a construção e embasamento do estudo em questão.

A reflexão de Silva; Menezes (2005) sobre o referencial teórico segue como:

Uma das etapas mais importantes de um projeto de pesquisa é a

revisão de literatura. A revisão de literatura refere-se à fundamentação teórica que você irá adotar para tratar o tema e problema de pesquisa. Por meio da análise da literatura publicada você irá traçar um quadro teórico e fará a estruturação conceitual que dará sustentação ao desenvolvimento da pesquisa

A Pedagogia enquanto campo de conhecimento que é responsável pelo aprendizado das técnicas docentes, formação e preparação do profissional da educação para atuar nas diversas áreas existentes: pedagogia e gestão escolar, psicopedagogia, educação especial, produção de material didático, pedagogia social, hospitalar e empresarial. Ainda assim, é responsável na questão de como os seres humanos se relacionam com o processo educativo e com a educação de forma geral.

O curso de pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socioeducativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida. A caracterização de pedagogo *stricto sensu* é necessária para distingui-lo do profissional docente, já que

todos os professores poderiam considerar-se, como já mencionado, pedagogos *lato sensu*. (LIBÂNEO, 2000).

O profissional da educação é o pedagogo que sabe ter seu diferencial com relação as suas práticas pedagógicas e metodologias aplicadas. É ser ativo, criativo, participativo e envolvido naquilo que ele se propõe a fazer e a ensinar aos seus alunos. É provar toda a sua teoria de forma prática e se realizar de forma completa nisso. O pedagogo, além de professor, é também um eterno pesquisador. Ele deve ir em busca sempre do novo, daquilo que irá lhe ajudar no processo de ensino-aprendizado do seu aluno. Para Gadotti (2004):

O profissional da pedagogia domina os diversos elementos com relação ao planejamento e a organização dos recursos de caráter cultural que são utilizados no ambiente escolar. Desenvolvendo assim um trabalho pedagógico de excelência que visa sempre o desenvolvimento de todos os envolvidos no processo da educação. Segundo Saviani (1985) “o pedagogo é aquele que domina a sistemática das formas de organização do processo cultural da escola.

Contudo, sabe-se que nos dias de hoje o pedagogo está presente em todos os

ambientes: escolas públicas ou privadas, creches, hospitais, empresas, instituições governamentais, ONGsCRAS, CREAS, museus, entre outros e por isso desempenha múltiplas funções internamente nesses ambientes institucionais.

Faz-se presente, no ambiente escolar, o engrandecimento das datas e passagens comemorativas e, ao mesmo tempo, tão pouco é trabalhado o processo de transferência de conhecimento dentro da escola especificamente em sala de aula. Esse acontecimento está ocasionando um processo denominado de secundarização da função do profissional da educação. O pedagogo tem tão pouco tempo para transmitir todo o conhecimento real e científico que os alunos precisam obter com relação aos conteúdos e atividades respectivas de seus anos e séries.

O profissional da pedagogia deve sempre procurar os métodos adequados para serem trabalhados os conteúdos e atividades de caráter científico em sala de aula. Sempre com o objetivo voltado para o ensino-aprendizado do aluno em sala de aula.

Sobre a secundarização do papel do pedagogo, pode-se citar Saviani (1985, p. 28, apud CARVALHO, 2009, p.06):

Na verdade, tal desvio é hoje

regra em nossas escolas: exaltação aos movimentos de 64 à curiosidade pelo índio, da veneração às mães às festas juninas, das homenagens aos soldados ao cultivo do folclore e as lendas à criança. Encontra-se tempo para tudo na escola, mas muito pouco tempo é destinado ao processo transmissão-assimilação de conhecimentos elaborados cientificamente. Cumpre reverter essas situações. Vocês, pedagogos, têm uma responsabilidade grande nesse esforço de reversão. Enquanto especialistas em pedagogia escolar cabe-lhes a tarefa de trabalhar os conteúdos de base científica, organizando-os nas formas e nos métodos mais propícia sua efetiva assimilação por parte dos alunos.

A função do Pedagogo não está apenas ligada à prática de ensino em sala de aula e ao processo educacional dentro das escolas, mas sim a todos os ambientes em que a prática da educação se faça presente, seja esses locais com educação formal ou informal. O profissional da educação tem a capacidade de criação e recriação nas suas atribuições, constrói e reconstrói diversas concepções que iram ajudar nas demandas da comunidade local ou sociedade geral.

As Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Pedagogia redimensionam a função docente ao entendê-la na sua pluralidade,

não restringindo apenas ao espaço escolar, ao processo ensino-aprendizagem, mas compreendendo-a como valiosa experiência que perpassa valores, princípios e contextos político, econômico, social e cultural. Nesse sentido, constrói-se a identidade do novo profissional da pedagogia. (ALMEIDA, 2010, p. 133).

Segundo as diretrizes curriculares o pedagogo pode atuar também em ambientes não- formais, aqueles fora da sala de aula, pois a sua formação permite que ele seja um profissional com caráter crítico e ao mesmo tempo reflexivo sobre a sua função enquanto profissional, seja escolar ou social. Ele é responsável por transmitir e praticar da melhor forma possível o ensino-aprendizado com os alunos.

Segundo Almeida (2010), as Diretrizes se coadunam aos novos paradigmas sociais, mostrando que a pedagogia não está restrita apenas ao exercício docência em sala de aula, e sim à formação de profissionais críticos e reflexivos acerca da sua função social.

De forma constante, o Pedagogo se depara com situações no ambiente interno e externoda escola em que ele é convidado a intervir na problemática buscando uma solução para aquelaquestão, devendo estar sempre preparado para lidar com essas

situações que venham a aparecer. Manter sua prática sempre organizada conforme os seus conhecimentos adquiridos durante a sua formação e pós-formação de maneira continuada, pois ele deve ser visto no sentido amplo da sua profissão não apenas em sala de aula. E, conseqüentemente, com isso ele irá saber lidar com toda e qualquer situação em que a prática educacional esteja presente.

O pedagogo diariamente é solicitado para ajudar ou auxiliar na solução de uma problemática que venha a surgir no ambiente escolar tanto no aspecto interno como externo. Sintetizando a atuação do pedagogo, Franco [...] afirma que todo professor deveria ser pedagogo no sentido extenso do termo, organizando a sua prática de acordo com conhecimentos pedagógicos. (FRANCO, 2012 p.31)

A Pedagogia Social nasceu para atender o carência de grupos com vulnerabilidade social: crianças, adolescentes, idosos e mulheres, proporcionando metodologias educacionais voltadas para resolução dos conflitos de caráter social que esses grupos sofrem. Caliman (2008, p.352) conceitua a Pedagogia Social como ciência orientada para indivíduos e grupos com o objetivo de socialização de sujeitos humanos.

A prática da educação não formal acontece diretamente em ambientes não formais tais como instituições governamentais, CRAS, empresas, hospitais, entre outros e não carecem de procedimentos burocráticos como, por exemplo, formação continuada específica para ocupar determinado cargo, como acontece em ambientes formais. Não que formação continuada e especializações não sejam importantes, porque são primordiais após a formação acadêmica, mas quando se trata de educação não formal isso não é um agravante para não ocupar determinada função de pedagogo. Gadotti (2005) afirma que a educação não formal é diferenciada da educação formal, sendo menos burocrática e hierárquica, que necessariamente nos programas sociais que são ofertados não precisava de obtenção de graus ou certificados e nem ser sequencialmente como no ensino formal. A educação vem se transformando a cada dia, recebendo uma nova roupagem e sendo presente em ambientes fora do padrão educacional. Ela vai muito além da sala de aula, alcança atualmente lugares em que nunca se imaginou chegar, tais como; empresas, hospitais, ONGs, instituições governamentais, ambientes que trabalham com a pedagogia social.

Ela vai muito além da sala de aula, alcança atualmente lugares em que nunca se imaginou chegar, tais como; empresas, hospitais, ONGs, instituições governamentais, ambientes que trabalham com a pedagogia social.

Segundo Libâneo (2005); “o conceito de educação, com o passar dos tempos, sofreu alterações. Não se restringindo somente a educação formal dentro de sala de aula. Hoje, essa educação acontece também fora dos muros da escola, em diversos e diferentes ambientes.”

O profissional formado em pedagogia está apto a desempenhar o seu papel em qualquer ambiente em que a prática pedagógica, o ensino-aprendizado e o conhecimento científico estejam presentes e possam ser executados. Almejando sempre atender as necessidades que o aluno tem, objetivando o seu aprendizado de forma contínua. Vale ressaltar que o pedagogo pode ser atuante em outras áreas tais como: empresarial, hospitalar, assistencial, religiosa e cultural.

O pedagogo é um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos, atendendo as demandas socioeducativas decorrentes de novas realidades, novas tecnologias, mudanças nos ritmos de vida, a presença nos meios de comunicação e

informação, dentre muitas áreas que requerem a contribuição do pedagogo. (LIBÂNEO, 1999, p.30-31).

Levando em consideração a Resolução de Nº 17 de 2011, que se refere ao pedagogo como uma das categorias profissionais de nível superior que pode compor a equipe da rede SUAS (Sistema Único de Assistência Social), podendo trabalhar atuante na equipe que opera em defesa da proteção social básica ou na proteção social especializada de médio ou alto risco, ou ainda nas especificidades dos serviços socioassistenciais: os programas, benefícios disponíveis, projetos sociais e em gestão, trazendo melhorias, garantindo direitos em defesa a vida dos usuários.

O objetivo do Pedagogo no CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) é trabalhar no atendimento dos diferentes grupos com respectivas faixas etárias: crianças, adolescentes, grupo de família e idosos que se encontram em condições de vulnerabilidade social, extrema pobreza, abandono, isolamento da sociedade, negligência entre outras situações de caráter catastrófico. A partir do parecer social o profissional busca proporcionar a assistência necessária para que essas pessoas superem as dificuldades.

Sua ação se dá por meio de

dinâmicas que irão intervir nesses grupos tendo em vista a concretização dos seus direitos sociais e a promoção da sua emancipação das relações afetivas dessas pessoas frente às perdas e fraquezas que eles tiveram.

[...] Famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclo de vida; identidades estigmatizadas em termos étnicos, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultantes de deficiência; exclusão pela pobreza e, ou, no acesso a demanda política pública; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal ou informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. (CNAS, 2004, p.18-19).

Considera-se, nesse contexto, que o pedagogo pode ser inserido com o intuito de contribuir para que uma sociedade de grande, médio ou pequeno porte se transforme para melhor. O pedagogo tem por dever empenhar-se para que essas vulnerabilidades passem a não existir. Em outras palavras, elas devem ser extintas do cotidiano e da vivência delas, fazendo com

que o usuário adquira e desenvolva sua identificação pessoal, perfil próprio e olhar crítico diante das situações propostas em sua vida. Segundo Gandin (2004, p. 41), “Na procura de transformações da realidade existente para a realidade desejada, há uma lógica que admite que os indivíduos construam e modifiquem o que é necessário.”

Desempenhar o trabalho no CRAS não é uma tarefa fácil, pois requer do pedagogo um trabalho socioeducacional por meio de práticas voltadas à resolução das questões de vulnerabilidades ali presentes. O Pedagogo que atua nesse ambiente está apto a lidar com essas questões que rodeiam o cotidiano dos grupos que ali são atendidos, precisam muito mais do que práticas pedagógicas e de educação. Essas pessoas devem ser inseridas dentro da sociedade tendo a garantia de seus direitos e deveres.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O referido artigo foi realizado como pesquisa qualitativa, dividida em dois momentos: o primeiro se deu por meio de uma pesquisa bibliográfica e o segundo através de uma pesquisa de campo para um maior entendimento a respeito do tema. Para a realização do levantamento bibliográfico, foram analisados artigos científicos, livros e documentos que tratam

sobre a Assistência Social, o Nob-Suas que é um documento do Ministério da Cidadania onde a Secretaria Nacional de Assistência Social está locada. A pesquisa de campo foi realizada através da aplicação de um questionário composto por perguntas objetivas e subjetivas, encaminhado diretamente às pedagogas do centro de referência em assistência social – CRAS, com objetivo de alcançar dados e informações necessárias para o estudo.

Diante do exposto dentro do trabalho e da temática abordada, foi evidenciado que o papel do pedagogo é importante dentro e fora da área da educação, especificamente no NOB- SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social.

A pesquisa foi realizada por meio de um formulário virtual viabilizado pelo link do Google Forms (Figura 1), que é um aplicativo muito utilizado no gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google, com o objetivo de coletar informações para a pesquisa, que foi destinado às pedagogas atuantes do centro de referência em assistência social- CRAS do município de Penedo. O formulário foi elaborado com quatro perguntas objetivas (múltipla escolha) e uma pergunta subjetiva (opinião).

Figura 1: Modelo do questionário utilizado na pesquisa de campo com as pedagogas do Centro de Referência em Assistência Social-CRAS.

The image shows a Google Form titled "A ATUAÇÃO DO PEDAGOGO NAS ATIVIDADES DO CRAS." The form is in Portuguese and contains the following questions and options:

- Question 1:** "Você sabe o que é a Pedagogia Social? E qual a sua importância para o mundo atual?"
 - SIM
 - NÃO
 - NÃO SE APLICA
- Question 2:** "Na sua opinião a educação só pode se dar em espaços escolares?"
 - Sim
 - Não
 - NÃO SE APLICA
- Question 3:** "A atuação do pedagogo em espaços não-formais requer uma dinâmica pedagógica mais elaborada, ou seja que ela vá mais além do simplesmente educar de forma padrão?"
 - SIM
 - Não
 - NÃO SE APLICA
- Question 4:** "Você atua ou já atuou nesses espaços não-formais, onde a pedagogia social está presente?"
 - Sim
 - Não
 - NÃO SE APLICA
- Text Response Field:** "Com base na sua resposta anterior, descreva como foi sua experiência, a metodologia que você aplica ou aplicou pra o bom desenvolvimento intelectual, moral e social do aluno dentro do CRAS."

Resposta

At the bottom of the form, there are buttons for "Enviar" (Send) and "Limpar formulário" (Clear form), along with a footer containing the text: "Este formulário foi criado pelo Formulário Google".

Fonte: Elaborado pelo autor.

A pesquisa tem a finalidade de buscar informações reais e necessárias das pedagogas sobre o conhecimento referente à importância da pedagogia social, a atuação do pedagogo em espaços não-formais e a sua experiência profissional no centro de referência-CRAS. Geograficamente falando o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social fica localizado dentro do município de Penedo, na zona urbana. espaços não-formais e a sua experiência profissional no centro de referência-CRAS. Geograficamente falando o CRAS – Centro de Referência em Assistência Social fica localizado dentro do município de Penedo, na zona urbana.

No centro de referência em assistência social – CRAS, são acompanhadas crianças, mulheres, idosas e adolescentes em situação de extrema pobreza, vulnerabilidade social, abandono e com subnutrição. Devido aos serviços de atendimentos ofertados diariamente, não se pode apurar números exatos, pois, esse estabelecimento atende demandas espontâneas diárias.

O CRAS tem seus horários de funcionamento de segunda à sexta, das 08h00 às 17h00 nos turnos matutinos e vespertinos. Possui uma equipe de profissionais capacitados como: diretor ou coordenador, pedagoga, psicólogo,

assistente social, orientador social, cadastradores do cadúnico, auxiliar administrativo, educador físico, professor de dança, professor de música e auxiliar de serviços gerais. Após essa etapa, as informações coletadas foram analisadas minuciosamente para posteriormente serem apresentadas na seção dos resultados.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

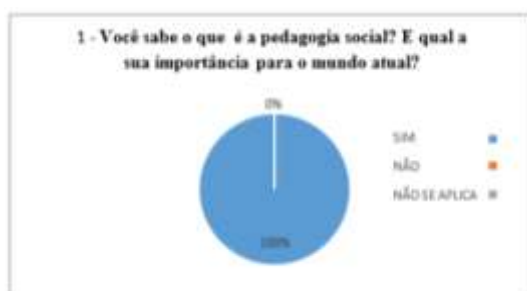
5.1 Análise do Questionário aplicado durante a pesquisa de campo

O questionário elaborado no Google forms é instituído por cinco questões que tem por objetivo colher as informações necessárias referentes à atuação dessas profissionais dentro desse ambiente não-formal o “CRAS”, em que o processo educacional de caráter não-formal acontece diariamente, assim como averiguar se as pedagogas têm esse conhecimento com relação a pedagogia social e aos ambientes em que o profissional da educação pode atuar fora de sala de aula. Sendo que dessas 5 questões, 4 possuem uma estrutura e caráter objetivo e 1 questão com estrutura e caráter subjetivo. As entrevistadas tiveram direito a justificativa da pergunta finalizando essa etapa de informações para serem avaliadas.

A ferramenta utilizada como instrumento para a pesquisa de campo foi o questionário. Este sendo elaborado e aplicado com as Pedagogas do Centro de Referência em Assistência Social – CRAS no município de Penedo-AL. Todas as entrevistadas são mulheres e com Graduação em Licenciatura plena em Pedagogia, com pós-graduação na área que atuam e em outras áreas.

Dentro da análise dos dados, as pedagogas estão identificadas como: Pedagoga 1; Pedagoga 2; Pedagoga 3; Pedagoga 4 e Pedagoga 5. A faixa etária das entrevistadas é de 24 a 37 anos. As pedagogas 1, 2 e 3 têm experiência tanto em ambiente formal quanto no ambiente informal. Já as pedagogas 4 e 5 possuem experiências e toda sua vivência apenas no ambiente não-formal, ambas sempre se identificaram fora do âmbito educacional, especificamente dentro da pedagogia social (Gráfico 1).

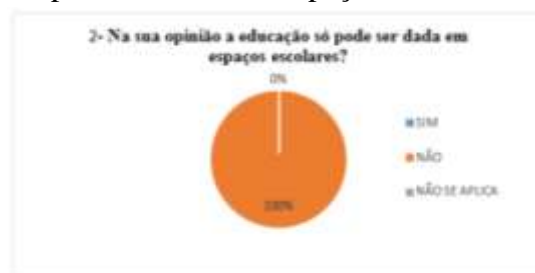
Gráfico 1: Você sabe o que é a Pedagogia Social? E qual a sua importância para o mundo atual?



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 1, o resultado da pesquisa apontou 100% ao entendimento sobre pedagogia social. As cinco pedagogas responderam que sim, que têm conhecimento sobre a pedagogia social e a sua grande importância em ser trabalhada dentro do processo educacional. Portanto, sobre a pedagogia social, vale ressaltar que é um ato sócio pedagógico de fortalecimento e desenvolvimento da educação não formal, voltada a dar assistência a questões de vulnerabilidade social de pessoas e grupos (Gráfico 2).

Gráfico 2: Na sua opinião a educação só pode ser dada em espaços escolares?



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 2, o resultado da pesquisa apontou 100% ao entendimento de que a educação não está só presente nos ambientes escolares formais. As cinco pedagogas responderam que não, a educação deve ser ofertada a todos. Porém, a educação deve estar presente em todos os ambientes, desde os ambientes formais (escolas públicas ou privadas e creches) quanto em ambientes

não-formais (empresas, hospitais, instituições governamentais, grupos culturais e religiosos, entre outros), onde houver a necessidade do ensino-aprendizado de indivíduos ou grupos (Gráfico 3).

Gráfico 3: A atuação do pedagogo em espaços não-formais requer uma dinâmica pedagógica mais elaborada, ou seja, que ela vá além do simplesmente educar de forma padrão?

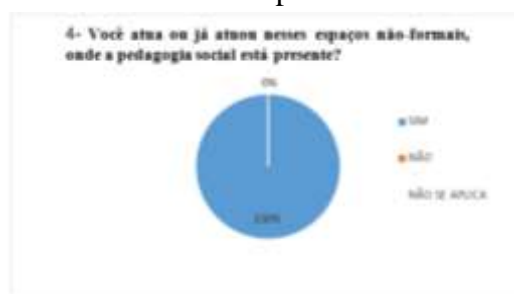


Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 3, o resultado da pesquisa apontou 100% ao entendimento de que o pedagogo deve atuar com uma dinâmica pedagógica mais elaborada nesses espaços não-formais. As cinco pedagogas responderam que sim, como sabemos o pedagogo está habilitado a atuar dentro e fora dos muros da escola, pois durante sua graduação ele teve uma boa preparação por meio de estudos, conteúdos, embasamento teórico, práticas, experiências e vivências por meio dos estágios. O pedagogo tem capacidade de elaborar metodologias pedagógicas voltadas à educação não-

formal, utilizando práticas socioeducativas que visam a melhoria das situações de vulnerabilidade social nesses ambientes não-formais (Gráfico 4).

Gráfico 4: Você atua ou já atuou nesses espaços não-formais, onde a pedagogia social está presente?



Fonte: Elaborado pelo autor.

No gráfico 4, o resultado da pesquisa apontou 100% a atuação das pedagogas nesses espaços não-formais. As cinco pedagogas foram unânimes quando responderam que sim. Todas as pedagogas já tiveram a oportunidade de atuar nesses espaços onde a educação não-formal é bastante trabalhada e algumas delas ainda atuam nessa área da pedagogia social em ambientes não-formais. As mesmas ressaltam o quanto é importante que essa educação seja cada vez mais evidenciada e trabalhada dentro do contexto do processo educacional, não só fora dos muros da escola, mas também dentro de sala de aula com os alunos, por meios de rodas de conversa, projetos, visitas a alguns desses setores: CRAS, Creas, Empresas, Hospitais

e outras Instituições Governamentais.

Referente à questão subjetiva, onde as pedagogas entrevistadas explanaram sobre esse ambiente não-formal em que elas atuam e que é de grande relevância no processo socioeducativo, assim como suas experiências, metodologias e práticas utilizadas por cada uma delas.

A questão: 05 (Com base na sua resposta anterior, descreva como foi a sua experiência, a metodologia que você aplica ou aplicou para o bom desenvolvimento intelectual, moral e social do aluno dentro do CRAS?).

A pedagoga 1 respondeu: “Minha experiência dentro do CRAS foi de suma importância para desenvolver métodos e dinâmicas que usamos em outros padrões de forma presencial e também voltada para o convívio dos usuários, de acordo com sua realidade. A pedagoga afirma o quanto é importante o profissional de educação ser também pesquisador, desenvolvendo métodos e dinâmicas dentro de grupos que apresentam vulnerabilidade social levando em consideração a realidade de cada indivíduo. Ela ainda ressaltou o quanto foi válida a sua experiência no ambiente do CRAS, em que a educação não-formal é tão significativa e dar oportunidade ao profissional em desenvolver a metodologia que ele designa mais adequada para sanar as

problemáticas ali presentes.

A pedagoga 2 respondeu: “Trabalhar no âmbito social está sendo uma experiência de grande valia, pois através deste é possível perceber a importância dessa atuação para as comunidades vulneráveis, é um trabalho muito gratificante e ver nossas crianças/adolescentes trilhando um caminho diferente, indo atrás de seus sonhos e saber que você contribuiu para que isso acontecesse é uma sensação maravilhosa”. Ela afirma que é importante para ela, enquanto profissional de educação, desenvolver o seu trabalho dentro do ambiente social, isso proporciona a ela ampliar seu conhecimento enquanto pedagoga e ainda permite desenvolver metodologias atuantes para serem trabalhadas em comunidades que apresentem questões de vulnerabilidade social. E, por meio dessas metodologias, é possível proporcionar às crianças, adolescentes, entre outros grupos um desenvolvimento pessoal, social, profissional e moral para que assim eles possam crescer e viver bem em sociedade.

A pedagoga 3 respondeu: “Para um bom desenvolvimento foi/é necessário colocar em prática uma perspectiva de ensino mais humanizada. Ela se volta, especialmente, para o fortalecimento

individual e coletivo de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade. No entanto, a realidade social deve ser compreendida como uma esfera viva e pulsante, feita de muitas relações possíveis.

Assim, as práticas de ensino devem tratar os alunos como seres ativos, reforçando trajetórias de autonomia e emancipação. Para trabalhar esses aspectos com usuários do CRAS, que são aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social, são necessárias ações contínuas que fortaleçam os aspectos culturais de cada indivíduo. Sendo assim, trabalha-se focando nas seguintes questões: convivência social, no qual se volta ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, colocando em evidência laços sociais e relações de cidadania; o direito de ser, estimulando atividades na infância e adolescência que potencializem a vivência como o direito de brincar, de ser protagonista, direito de ter direitos, de ser diverso, de se comunicar, entre outros.

E a participação que foca nas experiências, em estar presente nas diversas esferas da vida, participar dos serviços ofertados da comunidade e como cidadão.

Trabalhando os aspectos acima citados, é possível um bom desenvolvimento considerando a totalidade do indivíduo. Sobre a resposta acima,

ênfatiza-se que para uma boa evolução no ambiente social em questão se faz necessário a aplicação de um ensino voltado à humanização. O pedagogo, antes de profissional, precisa ser humano, entender as necessidades do outro e deve estar sempre voltado para trabalhar o fortalecimento desses grupos ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

É importante que as metodologias e práticas a serem trabalhadas com essas pessoas impulsionem e tratem os alunos (usuários) como um indivíduo ativo, com opiniões e conceitos formados, dando encorajamento em sua trajetória de vida. Proporcionando, assim, ao aluno que ele se torne um ser autônomo e independente.

A Pedagoga 4 respondeu: “Minha experiência está sendo muito gratificante, visto que trabalhar em grupos ampliando a troca de vivências e culturas, fortalecendo os vínculos familiares e comunitários tem sido de grande valia para o meu crescimento pessoal e profissional. A metodologia que uso para o desenvolvimento são as oficinas reflexivas, oficinas socioculturais e oficinas esportivas, com atividades diversas como palestras, citação de estórias, cantinho da leitura, cinema educativo, brincadeiras e jogos livres”.

Compreende-se, na resposta dela, o quanto é válido e de grande importância trabalhar com esses indivíduos em seus respectivos grupos, sanando da melhor forma possível essas questões de vulnerabilidade social alipresentes. E o quanto é importante que o pedagogo tenha sua metodologia própria e voltada ao desenvolvimento socio educacional e sociocultural nessas comunidades mais vulneráveis, proporcionando assim o seu desenvolvimento e crescimento pessoal e profissional.

A Pedagoga 5 respondeu: “Durante o processo de recuperação de meninos e meninas que foram de alguma maneira excluídos de um contexto social. O objetivo do enfrentamento a exclusão social a fim de reintegração dos indivíduos, as influências, e o principal a contribuição desse profissional que influencia a formação pessoal dos grupos atendidos”. Diante da fala da pedagoga, observou-se o quanto o trabalho do pedagogo e profissional de educação é primordial e importante nos ambientes não-formais, especificamente no CRAS que é o local do estudo apresentado. Poder reintegrar esses indivíduos e seus respectivos grupos na sociedade é papel do pedagogo social, daquele que trabalha e vivência, o cotidiano das questões de extrema pobreza,

abandono e vulnerabilidade social que a comunidade de um determinado local passa.

O pedagogo é o principal agente transformador nessas questões sociais e responsável por essa mudança na vida de cada grupo que necessita desse trabalho, sejam crianças, adolescentes, idosos, mulheres ou qualquer outro grupo presente na sociedade.

Sendo assim, as pedagogas entrevistadas nos transmitem o quanto é importante trabalhar a pedagogia social dentro do contexto educacional. E, além disso, cada uma pode nos mostrar o quanto a sua experiência dentro do CRAS foi válida e importante no processo de desenvolvimento do aluno (usuário) e dos demais grupos presentes no ambiente em que a pesquisa foi desenvolvida.

Conhecer as diferentes metodologias e práticas utilizadas por cada uma delas nos proporciona enxergar que o pedagogo é e sempre será um agente transformador da sociedade, visto que eles, por meio de suas metodologias, conseguem sanar as dificuldades que os indivíduos e grupos sofrem com relação à vulnerabilidade social. Isso nos confirma o quanto o pedagogo ou profissional de educação pode e deve atuar nos diversos ambientes, onde o ensino-aprendizado se faz presente, dentro e fora da escola,

especificamente nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo realizado no Centro de Referência em Assistência Social-CRAS no município de Penedo/AL teve o objetivo de analisar a atuação dos pedagogos(as) em suas atribuições presentes de forma interna no CRAS. Desenvolvendo um trabalho sócio educativo voltado à educação não-formal, onde a pedagogia social está presente por meio de metodologias pedagógicas objetivando sanar as questões de vulnerabilidade social dos indivíduos de uma sociedade.

Conforme o levantamento bibliográfico realizado, foi comprovado que o pedagogo ou profissional de educação contribui de forma significativa no processo de educação não-formal na formação da cidadania dos indivíduos e grupos que apresentam vulnerabilidade social. O pedagogo é o agente principal e mediador para solucionar essas questões onde estão presentes quaisquer tipos de vulnerabilidade social ou até mesmo extrema pobreza, abandono, entre outras questões de cunho social.

Diante dos questionários aplicados, foi possível verificar que as pedagogas entrevistadas possuem um grau muito

elevado com relação aos conhecimentos voltados à pedagogia social e a atuação do pedagogo nas atribuições dentro do Centro de Referência em Assistência Social-CRAS. Foi possível também identificar o quanto é importante a educação não-formal dentro desse ambiente sendo trabalhada por pedagogos, através de metodologias pedagógicas, práticas e dinâmicas que tem por objetivo solucionar, amenizar e superar conflitos sociais, fortalecendo o indivíduo diante das questões de vulnerabilidade social.

Vale ressaltar o quanto é relevante o papel que o pedagogo desempenha dentro dos ambientes não-formais, especificamente dentro do CRAS. Ele não é apenas responsável por educar de forma não-formal, mas sim é essencial para o desenvolvimento pessoal e profissional do usuário (criança, adolescente, mulheres e idosos) ou do grupo que ali é atendido, marcados pela vulnerabilidade social, privação de seus direitos e abandono.

Enfim, o presente artigo deseja apresentar a importância da atuação de pedagogo(as) presentes nas atribuições internas nos Centros de Referência em Assistência Social – CRAS, bem como o seu trabalho é desenvolvido nesse âmbito, desejando assim que a atuação desse profissional tenha não só o reconhecimento,

mas, acima de tudo, condições de trabalho a fim de alcançar os objetivos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. S. **O pedagogo e sua práxis: Desafios e possibilidades na sociedade contemporânea.** Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais (ISSN 1980-1784) - v.

11 n.11–2010.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação.** São Paulo: Abril Cultura; Brasiliense, 1985.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB.9394/1996. BRASIL. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/Acesso> em 02 out.2022.

_____. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidenteda República, [2016]. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm:. Acesso em 02 out.2022.

CALIMAN, Geraldo. **Pedagogia Social: seu potencial crítico e transformador.** *Revista de Ciências da Educação - UNISAL - Americana/SP* – n. 23, p.341-

368, 2010. Disponível em: acesso em 15 set. 2022.

_____, Geraldo. **Paradigmas da exclusão social.** Brasília: Ed. Universa, UNESCO,2008, p.360.

CONSELHO NACIONAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, **Política Nacional de Assistência Social**, set. 2004. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília: NOB-RH/SUAS.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, Resolução CNAS nº17, de 20 de junho de 2011. Ratificar a equipe de referência definida pela Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS e Reconhecer as categorias profissionais de nível superior para atender as especificidades dos serviços socioassistenciais e das funções essenciais de gestão do Sistema Único de Assistência Social –SUAS. Brasília: NOB-RH/SUAS.

FRANCO, M. A. do R. S. **Pedagogia e Prática Docente.** 1. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo:Unesp, 2000.

GADOTTI, M. **Pedagogia da práxis**. São Paulo: Cortez, 2004.

_____, Moacir. **A questão da educação formal/não formal**. Sion: Institut InternacionalDetroit de 1º Enfant, 2005.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

LIBÂNEO, J.C. **Pedagogia e pedagogos, para que?** . 2.ed. São Paulo: Cortez,1999.

_____, J.C. **Pedagogia e Pedagogos, para quê?** São Paulo, Cortez, 2005.

_____, J.C.**Pedagogia e pedagogos, para quê?**. 3.ed. São Paul, Cortez,2000.

SAVIANI, Demerval. **Sentido da pedagogia e o papel do pedagogo**. In: Revista ANDE, Ano05 nº 9, São Paulo, 1985.

SILVA, Edna Lúcia da; MENEZES, Estera Muszkat. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 4. ed, Florianópolis, 2005.



Esta obra está sob o direito de Licença
Creative Commons Atribuição 4.0
Internacional.

A TUBERCULOSE NA REGIÃO NORDESTE NO PERÍODO DA PANDEMIACOID-19 NO BRASIL

*Isabel Cristina da Rocha Silva Rodrigues
Andrea Marques Vanderlei Fregadalli*

RESUMO

Com o início da pandemia no Brasil em 2020 e o aumento na taxa de mortalidade, os órgãos de saúde acabaram por negligenciar os casos de tuberculose, nesse momento todos os esforços estavam concentrados em conter a disseminação do Covid em nosso país, contudo a TB foi ficando esquecida. O Covid-19 dificultou o rastreamento, diagnóstico e notificações dos casos de TB principalmente na região Nordeste uma das mais afetadas pela pandemia devido a falta de recursos voltados para a saúde. O presente estudo tem por objetivo de analisar e discutir quais os fatores que contribuíram para o declínio dos casos de tuberculose na região nordeste durante a pandemia Covid-19. O estudo foi realizado através da análise dos dados contidos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021, referente aos anos de 2019 a 2021. Contudo os dados apresentados notam que pode ter havido negligência no diagnóstico e notificações de casos de TB durante a pandemia na Região Nordeste pois os números expressos podem não configurar dados fidedignos, sendo resultado do baixo rastreamento da doença.

Palavras-chave: Tuberculose. Covid-19. DATA SUS – Sistema de Informação.

INTRODUÇÃO

A tuberculose ainda continua sendo um desafio para a saúde pública mundialmente. A emergência vivida com a chegada da pandemia Covid-19 fez-se necessário uma reorganização nas ações e serviços de saúde prestados em todo mundo. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) considera um retrocesso ao controle da tuberculose nos anos vividos de pandemia. Dados apontam que, em 2020 aproximadamente 9,9 milhões de pessoas no mundo foram diagnosticadas com tuberculose, desde cerca de 1,3 milhões de pessoas vieram a falecerem que apresentar infecção devido ao HIV. Até 2019 a tuberculose era considerada a primeira causa morte por um único agente infeccioso sendo apenas vencido pelo Covid-19 em 2020 (WOH, 2021).

A tuberculose é uma patologia infectocontagiosa de notificação compulsória que tem como agente causador a bactéria *Mycobacterium tuberculosis*, sua transmissão ocorre pelas vias respiratórias através da inalação de aerossóis expelidos pela tosse, espirro ou fala de indivíduos que possuem a forma ativa pulmonar ou laríngea (BRASIL, 2019).

O vírus SARS-CoV-2, agride em especial os pulmões de pacientes

diagnosticados com tuberculose os quais estão mais susceptíveis a quadros de infecções severas. Observa-se que os problemas socioeconômicos possam estar diretamente ligados ao avanço do Covid-19 na sociedade em especial na região nordeste uma das regiões mais afetadas pela pandemia Covid-19. Pacientes diagnosticados com tuberculose passam a integrar o grupo de risco devido as complicações pulmonares provocadas pela tuberculose (SILVA et al, 2021).

Segundo a organização mundial de Saúde, até dezembro de 2020 foram registrados

178.159 óbitos confirmados no Brasil em decorrência de Covid-19, sendo os sintomas mais graves da doença observados em pacientes com doenças pré-existentes como no caso da tuberculose. Com o aumento das taxas de mortalidade devido ao Covid-19, observou-se uma omissão por parte das autoridades nos casos de tuberculose, assim a falta de notificação e os possíveis erros nos diagnósticos colocam os pacientes com tuberculose mais vulneráveis ao vírus SARS-Cov-2 (GUERRA et al, 2021; MAIA et al, 2022).

O presente estudo tem por objetivo de analisar e discutir quais os fatores que contribuíram para o declínio dos casos de tuberculose na região nordeste durante a

pandemia Covid-19.

METODOLOGIA

O artigo consiste em um levantamento e interpretações de dados quantitativos epidemiológicos descritivos dos casos confirmados de tuberculose durante a pandemia Covid-19 na região nordeste. Para realização da pesquisa foi utilizado o banco de dados do Sistema Único de Saúde – DATASUS nos anos de 2019, 2020 e 2021 referentes ao período de pandemia Covid-19 na região nordeste.

Como critério de inclusão foram considerados dados de casos confirmados e notificados nos anos de 2019, 2020 e 2021, a região nordeste como fonte do levantamento de dados e artigos científicos sobre a temática abordada com os seguintes **descritores da saúde**: Tuberculose. Covid-19. DATA SUS Sistema de Informação. Foram excluídos dados que não abordavam a situação da tuberculose durante a pandemia Covid-19.

1 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Quadro 1: Casos Confirmados e Notificados de Tuberculose na Região Nordeste durante a Pandemia Covid-19.

2019	2020	2021

24.161	21.327	22.921
--------	--------	--------

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021.

Quadro 2: Casos Confirmados de Tuberculose Nos Estados do Nordeste nos anos de 2019 a 2021.

Estado	2019	2020	2021	TOTAL
ALAGOAS	1.206	988	1.053	3.247
BAHIA	5.429	4.492	4.841	14.762
CEARÁ	4.372	3.695	3.973	12.040
MARANHÃO	2.608	2.414	2.802	7.824
PARAÍBA	1.434	1.251	1.399	4.084
PERNAMBUCO	5.956	5.333	5.871	17.160
PIAUÍ	823	740	824	2.387
RIO GRANDE DONORTE	1.369	1.570	1.298	4.237
SERGIPE	964	844	834	2.642

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021.

Analisando os casos de casos confirmados da tuberculose nos anos de 2019 a 2021, durante a pandemia Covid-19 os estados onde ocorreram maior índice de casos foram Pernambuco seguidos de Bahia e Ceará. O estado de Sergipe garantiu os menores números de casos confirmados na região nordeste durante todo período de pandemia.

Quadro 3: Quanto a etnia dos indivíduos com tuberculose na região nordeste nos anos de 2019 a 2021.

Ano	Ig/branco	Branco	Preto	Amarela	Parda	Indígena
2019	1661	3.127	2.985	191	16.046	151
2020	1.683	2.679	2.627	178	14.031	129
2021	1.676	2.702	2.968	197	15.285	93

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021.

Os dados apontam que os casos de tuberculose na região nordeste durante a pandemia prevaleceram entre os indivíduos autodeclarados pretos e na população parda, já na população branca houve um declínio nos casos, na população indígena existente na região nordestes os números se mantiveram estáveis. Apesar de uma notada redução dos casos de tuberculose nos anos da pandemia os números revelam que a tuberculose durante os anos de 2020 e 2021 acometeu a população nordestina preta e parda sendo esse um reflexo ligado a fatores socioeconômicos. Infelizmente esses grupos ainda sofrem com as condições precárias de moradia e acessibilidade aos serviços de saúde.

O perfil epidemiológico da tuberculose no Brasil é um reflexo da situação socioeconômica comumente observada na região nordeste. Sendo a tuberculose uma doença infecciosa e

transmissível, oriunda da bactéria *Mycobacterium tuberculosis* considerada uma patologia de considerada grave para saúde pública, dados obtidos pelo Sistema de Notificação do Ministério da Saúde no ano de 2020 pico da pandemia no Brasil somando os números de pretos e pardos na região nordeste teremos um total de 16.658 casos notificados de tuberculose, observa-se uma redução de 2.373 casos se comparados com o ano de 2019, acredita-se que esse declínio se deve a fatores como, início da pandemia no brasil, isolamento social e/ou a falta de notificação dos casos (BRASIL, 2021).

Quadro 4: Quanto ao Gênero dos indivíduos diagnosticados com tuberculose durante a pandemia Covid-19 na região nordeste.

Ano	Masculino	Feminino
2019	16.575	7.580
2020	14.808	6.517
2021	15.816	7.097

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021

De acordo com os dados obtidos em relação ao gênero entende-se que indivíduos do gênero masculino estão mais susceptíveis ao agravo da tuberculose no período da pandemia na região nordeste

uma vez que estão mais expostos aos riscos presentes no cotidiano, a falta de cuidados também constitui um ponto que desfavorece a população masculina, segundo Macêdo et al (2021), indivíduos do sexo feminino possuem mais cuidados com a saúde em relação aos do sexo masculino, as mulheres são mais assíduas nas unidades de saúde se comparado ao sexo masculino.

Quadro 5: Números sobre a população de rua com Tuberculose durante a pandemia na Região Nordeste.

2019	2020	2021
635	567	628

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021

Moradores de rua correspondem a indivíduos que vivem em situação de extrema pobreza dos quais são acometidos por quadros infecciosos graves que geralmente nem chegam a ser notificados e tratados pelos órgãos de saúde. Situação preocupante, pois, acredita-se que muitos vieram a óbitos devido ao agravamento da TB associada a infecções por Covid-19 e nem tiveram seus casos notificados no Sistema de Agravos e Notificações do Ministério da Saúde. Independente da condição que levou ao indivíduo a viver nas ruas estas pessoas estão expostas a exclusão

social e situações de extrema pobreza, com a disseminação do Covid-19 observa-se que esses indivíduos estão susceptíveis aos quadros de infecções graves devido a maior exposição e às condições que se encontram. A situação de viver nas ruas está diretamente ligada a situação de vulnerabilidade social acompanhada das dificuldades ao acesso a cuidados básicos de saúde (AGUIAR et al, 2020; BRASIL, 2018).

Quadro 6: Casos Confirmados de tuberculose em Pacientes portadores do vírus HIV durante a pandemia Covid-19 na Região Nordeste.

Pacientes	2019	2020	2021
Soro Positivo	2.219	1.994	2.201

Fonte: Ministério da Saúde/SVS – Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sina Net/2021.

Em 2020, observou-se uma queda na coinfeção TB-HIV, assim como houve um declínio para testagens para o HIV em casos novos de TB no período da pandemia Covid-19 mais precisamente nos anos de 2020 e 2021. Ainda se desconhece o mecanismo exato de interação entre a Covid-19 e a TB em pacientes infectados pelo vírus HIV, no entanto entende-se que esses pacientes são mais susceptíveis a

complicações oriundas de ambas as infecções citadas (BRASIL, 2022; CRUZ et al, 2021).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através dos dados mencionados, foi observado uma redução considerável nos casos de TB no ano de 2020 com a chegada da pandemia no Brasil, analisando os dados obtidos em 2019 houve uma queda de 2.834 casos. Quando comparamos os dados de 2020 com os obtidos em 2021 notou-se um aumento significativo nos casos sendo 1.594 confirmados que comparados com as notificações do ano de 2019 a diferença dos resultados é de 1.240 novos casos confirmados de TB pós pandemia.

Assim nota-se que durante a pandemia ocorreu uma diminuição dos casos TB na região nordeste, entende-se que esse declínio ocorreu devido a ações estabelecidas pelos governos a fim de conter a disseminação do Covid-19, as medidas como isolamento e distanciamento social foram fatores que contribuíram para a diminuição dos casos de TB, uma vez que os atendimentos de saúde foram sendo adiados ou cancelados, havendo prioridade para os casos de maior gravidade. Segundo SILVA et al 2022, os casos de TB que não foram diagnosticados pelos serviços de saúde durante o período da pandemia são

considerados uma abertura para continuidade da transmissão do bacilo da tuberculose.

Contudo os dados apresentados notam que pode ter havido negligência no diagnóstico e notificações de casos de TB durante a pandemia na Região Nordeste pois os números expressos podem não configurar dados fidedignos e que alguns fatores contribuíram para consideração citada. Considera-se que esses resultados sejam reflexos do baixo rastreamento da TB. Em contrapartida observou-se que após a pandemia os números de diagnósticos de TB voltaram a subir em todas as populações acompanhadas isso se deve a semelhança de sinais e sintomas entre TB e Covid-19 uma vez descartada a possibilidade de Covid-19 de indivíduos com sintomas respiratórios pode-se ser sugestivo de TB sendo necessário manter o padrão de esforços para o correto diagnóstico.

Infelizmente a TB é uma patologia relacionada ao nível socioeconômico e cultural das pessoas, onde a região nordeste ainda apresenta déficit nos quesitos moradia, saneamento básico, educação além da predominância da população parda e negra constantemente acometida pela falta de recursos econômicos e de cuidados com

a saúde. A população moradora de rua requer cuidados e acompanhamento por parte dos poderes públicos de saúde com ações voltadas para o controle da TB tendo em vista sua complexidade, garantindo assistência de forma igualitária assim como os indivíduos portadores de HIV. Durante a pandemia observou-se uma queda em relação ao ano anterior a pandemia nas notificações de casos envolvendo essas pessoas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, A et al. Covid-19 e as pessoas em situação de sem-abrigo: ninguém pode ser deixado para trás. In M. Tavares & C. Silva (Orgs.), **Da emergência de um novo vírus humano à disseminação global de uma nova doença: doença por coronavírus 2019 (Covid-2019)**. Capítulo IX, p.1-6, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde; Secretaria do Vigilância em Saúde; Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. Manual de recomendações para o controle da tuberculose no Brasil, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Boletim Epidemiológico de Tuberculose, 1ª ed, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde: DATASUS – Tecnologia da Informação a Serviço do

SUS, 2021. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/tabcgi.exe?sinannet/cnv/tubercbr.def>. Data do acesso: 18 de novembro de 2022.

CRUZ, M.C et al. Pacientes convivendo com HIV e a pandemia da Covid-19: Uma revisão necessária. **Brazilian Journal**, v.4, n.5, p. 20611-20615, 2021.

GUERRA, M.H et al. COVID-19 tuberculose: coinfeção e riscos. **Research, Society and Development**, v.10, n.2, p. 2012-257, 2021.

MACÊDO, M.P.S et al. Perfil epidemiológico da tuberculose em indivíduos do sexo masculino em uma área descentralizada de saúde no Ceará. **Brazilian Journal of Health Review**, v.4, n.3, p.11436-11446, 2021.

MAIA, C.M.F et al. Tuberculose no Brasil: o impacto da pandemia de Covid-19. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v.48, n.2, 2022.

SILVA, D.R et al. Efeitos da Covid-19 no controle da Tuberculose: passado, presente e futuro. **Jornal Brasileiro de Pneumologia**, v.48, n. 2, 2022.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Global tuberculosis Report Supplementary Material, 2021.



Esta obra está sob o direito de
Licença Creative Commons
Atribuição 4.0 Internacional.

AS AULAS REMOTAS E OS IMPACTOS PARA OS ALUNOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL DAREDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE PENEDO/ALAGOAS.

Neiany Gabrielle Santos Farias¹
Roseane Farias da Silva²
Maria Lúcia Pereira Silva Lima³
Alex Chagas Rosa⁴
Jonas dos Santos Lima⁵

RESUMO

Diante dos últimos acontecimentos, muito se discute sobre a importância das aulas remotas em tempos de pandemia causada pela Sars-cov-2, mas conhecido popularmente como COVID-19. Nesse sentido, o presente artigo teve como objetivo, abordar aspectos relativos às aulas remotas em tempo de pandemia para os alunos da educação especial. Atualmente, muito se discute sobre a importância das aulas remotas em tempos de pandemia causada pelo COVID-19, e os impactos causados no processo educativo dessa modalidade de ensino. Foi percebido que durante esse período de pandemia, todo o sistema educacional precisou passar por mudanças para dar continuidade ao processo de ensino e aprendizagem. Nesse sentido, o artigo também aborda o conceito de aula remota, sua importância para a educação; a diferenciação entre aula remota e educação a distância – (EAD); legalidade e os desafios da educação especial para conquistar seus direitos educacionais; a adaptação das ferramentas tecnológicas para o uso das plataformas virtuais que dificultaram o processo educativo desses alunos. Além disso, este estudo relata as dificuldades dos professores decorrentes da exigência na mudança de metodologia de ensino para se adaptar ao novo normal no contexto de formulação de conteúdos por vídeo, já que muitos professores não tiveram a formação adequada para trabalhar nesse novo contexto, principalmente aqueles que requerem mais atenção. Diante do exposto, para alcançar os objetivos foi essencial a pesquisa teórica e de campo, feita por meio da entrevista com a Coordenadora da Educação Especial da rede municipal de ensino do município de Penedo. Com isso, todos os resultados alcançados com esse estudo, foram fundamentais para a aquisição de novos conhecimentos sobre a temática abordada, estes impactam de forma positiva na vida profissional futuramente.

PALAVRAS CHAVES: Aprendizagem. Aulas remotas. COVID-19. Desafios. Inclusão.

¹ E-mail: neianyfarias@gmail.com

² E-mail: roseane23farias@gmail.com

³ E-mail: luciapereira.naty@hotmail.com

⁴ prof.alex.chagas@frm.edu.br

⁵ E-mail: jonaslima183@gmail.com

INTRODUÇÃO

Os alunos com deficiência possuem limitações que os trazem desvantagens de aprendizagem em relação aos outros. Então, é preciso que haja um ensino especializado para que esse público possa alcançar os seus direitos de educação. Porém, durante a pandemia, foi percebido que a complexidade para atender esses alunos aumentou de forma profunda pelo fato de muitos não conseguirem o acesso ao ensino aprendizagem por meios digitais.

Sendo assim, esse artigo sobre a temática “As aulas remotas e os impactos para os alunos da educação especial da rede pública do município de Penedo/Alagoas” pretendeu investigar e discutir, os conceitos atribuídos ao ensino no formato, as dificuldades na realização das aulas remotas para alunos da educação especial bem como os impactos negativos causados a partir desse contexto para ensino e para aprendizagem desse público.

A pesquisa realizada para a aquisição dos dados que serviram para a construção deste artigo, ocorreu por meio de estudos já publicados sobre o tema e, de forma prática através de entrevistas com a coordenadora da educação especial

do Município de Penedo/Alagoas e professores que trabalham com educação especial.

A metodologia aplicada quanto a finalidade classificam-se como pesquisa básica fundamental. Quanto à natureza, denomina-se como pesquisa observacional, quanto a forma de abordagem, apresenta-se como pesquisa qualitativa, quantitativa e descritiva. Já quanto aos objetivos, configura-se como exploratória e quanto aos procedimentos técnicos, ela se apresenta como bibliográfica, documental e de campo.

O embasamento teórico foi realizado a partir das concepções de escritores que tratam da temática como os impactos causados com as aulas remotas na educação especial, bem como, as dificuldades enfrentadas pelos docentes em adaptar-se a essa forma de ensino e as leis que asseguram esses alunos da educação especial. Para relacionar a teoria à realidade, foi realizada uma pesquisa com a Coordenadora da Educação Especial do Município de Penedo por meio de uma entrevista estruturada com cinco questões.

A relevância atribuída a esse estudo está direcionada para a aquisição de novos conhecimentos acerca dos impactos trazidos pela aulas remotas para os alunos da educação especial e, nesse contexto

refletir sobre as limitações desse público, também sobre os investimentos que precisam ser realizados na formação de professores e recursos didáticos pedagógicos/tecnológicos para eles alcancem seus objetivos de aprendizagem mesmo diante das limitações.

1. O QUE SÃO AULAS REMOTAS?

As aulas remotas no sistema da educação básica não é um processo comum porque exige tanto de professores quanto de alunos o domínio de tecnologias que mesmo estando presente no cotidiano atual, ainda trazem dificuldades de utilização. De acordo com Pierroel al (2020), com o cenário pandêmico proporcionado pelo Coronavírus que fez com que os professores fossem em busca de novos métodos para continuarem seus processos de ensino, a incerteza do que estaria por vir tomava conta de todos, diante os decretos que eram proposto, as escolas precisaram se reestruturarem, sendo assim, um dos pontos mais comentados era de como o setor educacional iria funcionar, foi aí que foram estabelecidas as aulas remotas para escolas e universidade.

O autor supracitado acrescenta que “na área educacional foi difícil tanto para aluno, quanto para professores, pois haviam ambas as partes que não tinham o manuseio

das plataformas digitais que tiveram como opções para a implementação da aula”. Isso deixa claro o impacto que esse novo formato de ensino trouxe para a educação de forma geral.

2.1 CONCEITO DE ENSINO REMOTO

O ensino remoto emergencial foi aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), em 2020, em razão da pandemia do coronavírus, como forma de possibilitar às instituições de ensino do país a manutenção das atividades educacionais que seriam realizadas presencialmente. Antes da medida, as aulas estavam suspensas para evitar a propagação do vírus.

Percebe-se que, atualmente as relações sociais e pedagógicas passaram por um processo de mudança, com isso têm sofrido grandes transformações impulsionadas pela apropriação de diferentes tecnologias digitais (TD) e redes de comunicação também digitais (RCD), que cada dia mais assume um papel crucial no rompimento de práticas e comportamentos até há pouco tempo considerados inabaláveis, mas, a ênfase não está na tecnologia, ou seja, o foco principal está nas condições que afetam a apropriação tecnológica, importando a forma como está sendo incrementada, com o intuito de gerar maior qualidade na educação (MOREIRA,

et al., 2020).

Nesse sentido, as práticas digitais, exigiam um investimento maior em tecnologias incluindo aparelhos eletrônicos que suprissem a demanda aplicada pelos professores, porém, sabe-se que esse investimento não ocorreu de forma significativa em todas as esferas da educação e, para aqueles alunos que se enquadram na educação especial, alguns pais tiveram que buscar apoio ou se dedicaram a serem tutores dos filhos e reprogramar toda a sua rotina no dia a dia, visto que o foco maior era o desenvolvimento do mesmo.

A educação remota emergencial é considerada uma alteração momentânea com a finalidade de transmitir conteúdos curriculares, sendo utilizada como uma ferramenta de ensino, decorrente da pandemia (SILVA *et al.*, 2020). Ou seja, as aulas remotas são apenas uma solução de ensino complementar para as aulas anteriormente já desenvolvidas no formato presencial, podendo se estender até o tempo em que a crise permaneça. Quando se trata de aulas remotas e educação a distância, as vezes esses dois formatos são confundidos, por isso Rocha (2021) faz a distinção entre ambos:

O ensino remoto diz respeito às

atividades de ensino mediadas por tecnologias, mas orientadas pelos princípios da educação presencial. Nesse caso, os estudantes têm aulas virtuais no mesmo horário em que estariam presentes na instituição de ensino, respeitado o percentual de tempo previsto no normativo institucional e no plano pedagógico do curso. A EaD, por sua vez, também utiliza as plataformas digitais, mas tem seu formato próprio de ensino-aprendizagem. É uma modalidade de ensino consolidada teórica e metodologicamente. E possui uma estrutura política e didático-pedagógica que vai além dos momentos síncronos e assíncronos do ensino remoto.

Então, a partir da explicação desses conceitos atribuídos, entende-se que a Educação a Distância é uma modalidade de ensino já estabelecida de forma permanente na escola, o ensino remoto é realizado de forma provisória diante de uma necessidade em que o ensino presencial está impedido de acontecer.

2. LEGALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

A educação especial nem sempre foi vista como forma legalizada e incluída nos planos de atendimento da educação pública. Diante disso, Pletsch, (2020) diz que é importante registrar que a Educação Especial foi institucionalizada no Brasil em

1973, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), a partir dos Acordos MEC/Usaid, durante o regime militar (1964-85).

A legalidade da Educação Especial é de suma importância e necessária para manter um mundo igualitário e que todos tenham seus direitos acobertados e cumpridos. Nessa perspectiva, a Lei, Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que é a principal e “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Para melhor entendimento, é importante destacar a Lei nº 13.005 de 2014 em específico o cumprimento da meta 4 do que visa, universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (ARAÚJO et al., 2020).

As leis que legalizam essa modalidade propõem um repensar sobre a

garantia de direitos dos alunos da educação especial, sobre a atuação dos sistemas de ensino que são intimados para se responsabilizar em garantir ambientes inclusivos de forma a favorecer a participação de todos os seus alunos.

Nesse mesmo contexto, existe a Lei Nº 13.146/15, que tem como princípio assegurar e proporcionar, condições de igualdade a inclusão social e a cidadania de indivíduos que historicamente encontram-se às margens da sociedade, ao mesmo tempo em que garante os direitos e as liberdades fundamentais, minimizou as dificuldades enfrentadas e proporcionou aos indivíduos segurança de cumprimento dos seus direitos (ARAÚJO et al., 2020).

2.1 OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL A PARTIR DO CONTEXTO LEGAL

Muitos são os desafios enfrentados diariamente pelos docentes da educação especial no Brasil, é notório que com o passar dos anos houve uma evolução, porém em passos lentos, ou seja, dando ênfase e priorizando apenas a facilidade de acesso em relação a infraestrutura física, em contrapartida, os recursos humanos não têm a devida adequação e preparo.

Com isso, a educação especial no Brasil passa e ainda continua em passos contínuo para uma

educação igualitária, pois as leis que beneficiaram bastante o acesso à educação de pessoas deficientes ao ensino, contudo que é aprendido na teoria, quando se aplica na prática é bastante diferente, pois muitas escolas não estão preparadas para receberem esses alunos (SOUZA, 2020).

Ante o exposto, nota-se a necessidade de reorganização de todo sistema de ensino, atentando para o aspecto da formação dos professores de forma que se adequem as exigências atuais da educação especial conforme aponta, Neves et al (2019), “apesar das mudanças ocorridas e adequações feitas para atender os alunos da educação especial, não foram suficientes”.

Destaca-se ainda que as dificuldades e desafios na maioria das vezes estão de forma constante no plano do cotidiano dos profissionais responsáveis no desenvolvimento do aluno, ou seja, na capacidade de agir das pessoas. “Com isso, certamente as mudanças advindas na legislação impulsionam transformações que atingem modos de se pensar e realizar a educação das pessoas com deficiência, estabelecidos historicamente, culturalmente e até economicamente” (NEVES et al., 2019).

Em síntese, pode-se dizer que

quando os professores e todo sistema de ensino adquirem conhecimentos sobre esta legalidade e cumprirem seus deveres, refletindo o direito dos alunos da Educação Especial, pensarão em promover uma educação verdadeiramente inclusiva.

2.2 DIREITOS DOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIAS

Em tempos antigos as, pessoas que nasciam com alguma deficiência eram separadas, afastadas de qualquer convívio social, pois sua diferença era vista como maldição, destino, marca do demônio e de todo tipo de credence. Mittler (2000, apud Santana, 2003). Muitos fatos ocorreram até os dias de hoje para que essas pessoas conseguissem conquistar seus direitos. Sendo assim, nos dias de hoje, as leis que estão a favor das pessoas com deficiências enfatizam que sua educação deve ser de qualidade e igualitária a todos. É preciso que todos aceitem as diferenças individuais, reconheçam as limitações, mas que estas não sejam obstáculo para impedir a pessoa de aprender.

Na realidade brasileira, a legalização para os estudantes com deficiências está prevista em leis e decretos, iniciando na Constituição Federal - CF (1988). “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será

promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.Um destaque importante precisa ser dado a Lei nº 13.146/2015, na qual instituiu a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da pessoa com deficiência que, diferentemente dos dispositivos anteriores, “tem como objetivo assegurar os direitos fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo o direito à educação em escolas regulares, em todos os níveis” (lei 13.146/2015)

Das leis que legalizam os direitos da pessoa com deficiência destaca-se o mais recente Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com aprendizado ao longo da vida.

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida, por meio da qual a União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, implementará programas e ações com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2020).

Corroborando com o exposto, a Declaração de Salamanca é considerada um dos principais documentos mundiais que visam a inclusão social. Ela é o resultado de uma tendência mundial que consolidou a educação inclusiva, e cuja origem tem sido atribuída aos movimentos de direitos humanos e de desinstitucionalização manicomial que surgiram a partir das décadas de 60 e 70 (ANDRADE, , et al; 2022). Desse modo, segundo a declaração de Salamanca (apud Brail, 1994):

- Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem;
- Toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas;
- Sistemas educacionais deveriam ser definidos e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades;
- Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades;
- Escolas regulares que possuam tal

orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades mais acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas que proveem uma educação efetiva à maioria das crianças aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional.

Além disso, a Declaração de Salamanca afirma o nosso compromisso com a Educação para Todos, reconhecendo a necessidade e urgência do providenciamento de educação para as crianças, jovens e adultos com deficiência dentro do sistema regular de ensino.

Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação- LDB, Lei LDB 5692/96 enfatiza que todos os alunos com deficiência físicas e mentais, que se encontram em atraso em sua regular matrícula ou até mesmo os que são superdotados, deverão receber todo apoio, ensino e tratamento.

Art. 9º A União incumbir-se-á de:
(Regulamento)

IV- A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou

superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)(BRASIL, 1996).

Nesse contexto, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, inseriu no sistema de ensino o desafio da inclusão dos alunos com deficiências para assim atender suas necessidades com a resolução CNE/CEB nº 2/2001, assim, o ensino às pessoas com deficiência tornaram-se um dos maiores desafios para os docentes, pois é necessária toda uma adequação das atividades do ambiente educacional.

3. CENÁRIO DO ENSINO REMOTO NA PANDEMIA E OS IMPACTOS PARA OS ESTUDANTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

O ano de 2020 foi atípico para todos, o mundo passou por um momento difícil e assustador, impactando negativamente vários ramos de atividades, entre eles, a educação. Com isso, no momento que o vírus disseminou-se pelo Brasil afetou direta e indiretamente todos os setores da sociedade, despertando em todos o sentimento de incerteza e medo. De acordo com Silva et al (2020), até o início da pandemia, quando ainda o vírus não nos afetava de maneira direta, eram apenas notícias na mídia, tínhamos a ilusão de achar que possuíamos o

domínio total e a capacidade de manobrar o complexo mundo à nossa volta.

Nesse sentido, é claro que a inexistência de medidas preventivas ou terapêuticas específicas para a COVID-19, e com a rápida taxa de transmissão e contaminação, a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomendou aos governos a adoção de intervenções não farmacológicas (INF), como por exemplo, lavagem das mãos, uso de máscaras e restrição social ambiental, limpeza rotineira de ambientes públicos, proibição ao funcionamento de escolas e universidades, transporte público, além de outros espaços propício para aglomeração de pessoas (MALTA, *et al*; 2020).

Com a pandemia, as pessoas tiveram que mudar totalmente a sua rotina, o vírus então coloca em evidência e agrava as desigualdades sociais e educacionais, dificultando o acesso aos atendimentos educacionais especializados e atendimentos sociais. Visto isso, ao pensar nas lições que o vírus pode ensinar, vê-se que existem oportunidades de mudanças no futuro, principalmente nas atividades educacionais.

Vale ressaltar que, a pandemia do COVID-19, deixou explícito a necessidade de mudança e adaptação também nas escolas, visto que crianças e adolescentes da educação básica tiveram suas aulas

suspensas por tempo indeterminado, como também, universitários e pós - graduandos de universidades públicas e privadas, e com isso, professores foram dispensados de suas atividades escolares e acadêmicas para fazer trabalho remoto.

Analisando tudo que estava acontecendo e preocupados com a desigualdade da aprendizagem foi preciso tomar medidas para que os alunos não deixassem de estudar, seja qual for a idade, pois a educação escolar e acadêmica é uma atividade indispensável à sociedade, e a mesma não podia parar.

Com isso, foi preciso conviver com dois mundos, um presencial e outro digital, buscando alternativas para continuar as atividades educacionais por meio de ferramentas que possibilitavam as aulas serem remotas, com o intuito de diminuir as dificuldades de acesso à educação em um momento emergencial (JOYE, *et al*; 2020).

Sabe-se que o ensino remoto emergencial foi utilizado como uma estratégia para continuar com as aulas e finalizar o período letivo. Nessa perspectiva, é preciso dar-se a atenção para o sofrimento daqueles alunos, que não estão preparados para o ensino remoto e sentem falta da socialização, principalmente os que apresentam algum tipo de deficiência, ou seja, “a ausência da

vivenciada no âmbito escolar e das famílias, que forçadamente passam a tutoriar o ensino dos seus filhos sem ter condições adequadas para tanto (SOUZA, *et al*; 2020)”. Esse mesmo desamparo percorre aos professores, que não têm formação e habilidades suficientes para a realização do trabalho remoto e tiveram que se reinventar.

Toda educação sofreu impactos negativos nesse tempo de pandemia, porém, a Educação Especial, enfrentou desafios mais profundos, visto que: A acessibilidade do modelo social da deficiência, às tecnologias apresentam-se como suporte às práticas pedagógicas na medida em que, em alguns casos, potencializa as relações do sujeito com o meio, ampliando as estratégias para inserção nos processos de ensino e aprendizagem (SOUZA, *et al*; 2020).

Mesmo sabendo que foi a forma encontrada para minimizar os efeitos da pandemia em relação ao ensino-aprendizagem, esse formato trouxe impactos gigantes para os alunos da educação especial, pois as tecnologias colocadas como eixo central de aprendizagem, se tornaram desafios e trouxeram prejuízos desenvolvimento desse público.

3.1 PRINCIPAIS DIFICULDADES DOS ALUNOS COM NECESSIDADE ESPECIAL DIANTE DAS AULAS REMOTAS

Os métodos usados para atender o ensino educacional das pessoas com necessidades remete-se a um ensino mais complexo, pois destaca-se como será a forma de aprendizagem de tais alunos, lembrando ainda a dificuldade de estarem ligados a tecnologia sem a ajuda de um familiar, sendo assim, é de suma importância que para maior desenvoltura dos alunos com necessidades especiais é necessário algum acompanhante para que possa auxiliá-lo em suas atividades.

4.1.1 Acesso aos meios tecnológicos

De acordo com Neta *et al* (2020), nos dias atuais as pessoas com deficiência vem ganhando espaço no meio tecnológico, a inclusão dessas pessoas se faz necessário a partir do momento em elas se sentem excluídas das demais e sentem a necessidade em está situada com a tecnologia, dessa forma inserir essas pessoas é importante, pois além de auxiliar no seu desenvolvimento terá um espaço maior na população.

Considera-se ainda, que para além do espaço que as pessoas com deficiência estão adquirindo, também há o impacto que

vem causando nas diversas discussões sobre o ambiente virtual. Nesse sentido, Medeiros et al (2020), afirma que “o acesso ao meio tecnológico por pcds vem sendo algo fortemente implantado durante a pandemia que as “obrigou” a viverem o novo normal com as aulas virtuais além das tecnologias de comunicações e informações”

Então, sintetizando pode-se dizer que assim, houve a contribuição das ferramentas que deram suporte às aulas remotas, para a inclusão dos alunos com deficiência, no entanto, estas não conseguiram se otimizar para acompanhar de uma forma mais significativa todas as limitações desse público.

4.1. 2 Compreensão das atividades

Para as pessoas com deficiência, o método estudantil de modo remoto torna-se mais complexo, no entanto, essa complexibilidade ainda é algo que vem sendo discutido, pois sabe-se que nos dias atuais o mundo tecnológico encontra-se exageradamente avançado, dessa forma, é de grande importância, familiares encontrarem métodos, ferramentas ou plataformas mais eficiente que faça com que esses alunos consigam aprender de forma mais prática e precisa.

De acordo com Marques et al (2021), antes da pandemia, a educação já enfrentava diversas dificuldades no processo de inclusão de alunos com deficiência, dependendo da deficiência, muitos já apresentavam dificuldades de comunicação, interação social e de manter-se concentrado em suas atividades presenciais, o agravante foi gradativo com o ensino remoto, o que dificultou ainda mais o incentivo para que o mesmo assistisse às aulas e participasse das atividades síncronas e assíncronas.

4.1. 3 Metodologia do professor

Sabe-se que a educação especial é de fato uma abordagem complexa a ser feita, o ensino precisa ser orientado de forma direta e objetiva, no entanto, com a inclusão das pessoas com deficiência em aulas remotas, torna-se necessário ferramentas que viabilizem a aprendizagem desses alunos, no contexto de educação somados as transformações que os professores precisam no tocante a sua metodologia.

Dessa forma, no que se refere ao papel dos professores diante de tais transformações, vê-se que precisam rever suas práticas para se adequarem a essa nova era da educação conforme afirma o autor seguinte:

Assumem uma importância crucial ante as transformações do

mundo atual. Num mundo globalizado, transnacional, nossos alunos precisam estar preparados para uma leitura crítica das transformações que ocorrem em escalamundial. Num mundo de intensas transformações científicas e tecnológicas, precisam de uma formação geral sólida, capaz de ajudá-los na sua capacidade de pensar cientificamente, de colocar cientificamente os problemas humanos (LIBÂNEO, 2011, p. 03).

Diante disso, é fundamental entender os desafios que transpassam as pessoas que têm alguma deficiência e estão enquadradas na Educação Especial, por mais que se fale, é notório que falta estrutura e informação para auxiliar essas pessoas seja em ambientes educacionais, ou até mesmo fora deles, sem informação infelizmente eles percorrem caminhos sofridos na sociedade.

“Nota-se que os estudos sobre a deficiência ofereceram-nos importantes chaves de interpretação dos fenômenos por meio da perspectiva sociológica da deficiência, sobretudo o conceito de capacitismo” (CAMARGO *et al.*, 2019). Nesse sentido, os resultados mostraram que os agentes implementadores da educação especial nas escolas públicas ou privadas, apesar de seus esforços para realização do trabalho, encontram dificuldades que

interferem diretamente em sua atuação e, infelizmente, os únicos prejudicados são os decentes que ficam à mercê das políticas educacionais.

Porém, o que notoriamente se percebe é que na perspectiva de uma escola inclusiva essas modalidades de ensino não atenderão a maioria dos alunos público alvo da educação especial, também não atenderá a uma parcela dos demais estudantes que necessitam de maneira muito dependente da mediação e intervenção direta dos professores considerando suas necessidades e há ainda aqueles que não têm acesso às ferramentas necessárias ao ensino remoto e de certa forma essas minorias estão excluídas (CARDOSO *et al.*, 2021).

Outro ponto, é a falta de intensificação na capacitação de qualidade para os profissionais nas escolas, pois existem profissionais despreparados que ao invés de proporcionar uma educação de qualidade e um ambiente agradável para os discentes, prejudicam ainda mais na aprendizagem dos mesmo.

Nesse sentido, é importante que os docentes saiam da sua zona de conforto e procurem se adequar a essa realidade provocada pela pandemia, de viver no novo normal, bem como, modificar sua forma de trabalhar na sala de aula, além de estimular uma profunda reflexão crítica sobre o seu

papel perante a sociedade no contexto educacional.

4. MATERIAIS E METÓDOS

O método adotado para a construção deste artigo foi o qualitativo e quantitativo, tendo como foco mais profundo a pesquisa teórica-bibliográfica ênfase na pesquisa de campo. Foram utilizados procedimentos de estudo investigando a teoria apresentada por autores e leis e comparada a uma breve realidade. através de uma investigação teórica e prática. Sendo assim, os dados encontrados enriqueceram esta pesquisa de forma positiva.

A primeira etapa da pesquisa foi realizada a partir do método qualitativo através de estudos que já refletiram sobre o tema em discussão, bem como as leis que tratam da temática.

A pesquisa de campo ocorreu após a realização da bibliográfica, tendo como intuito comparar a relação existente entre teoria e prática, ou seja, entre os achados sobre o tema e o que de fato ocorreu na realidade do município de Penedo na esfera municipal.

Os dados foram coletados por meio de uma entrevista com a Coordenadora da Educação Especial do Município de Penedo que atua na Secretaria Municipal de Educação, utilizando um questionário com

cinco questões subjetivas sobre aspectos relativos as aulas remotas em tempo de pandemia e seus principais impactos.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Nesta seção apresenta-se o resultado da pesquisa realizada com a Coordenadora da Educação

Especial da rede pública municipal que atua na Secretaria Municipal de Educação sobre os impactos das aulas remotas na educação dos estudantes da Educação Especial do município de Penedo-Alagoas. O intuito foi buscar dados da realidade para se comparar aos dados obtidos por meio da pesquisa teórica.

Quadro 1 - Impactos das aulas remotas na educação dos estudantes da Educação Especial do município de Penedo-Alagoas

Questões	Respostas
QUESTÃO 1. Em sua visão, quais os principais desafios dos alunos com deficiência durante as aulas remotas por ocasião da pandemia do COVID-19?	A falta de celulares/computadores para acompanhamento das aulas; Falta de tempo da família para acompanhar; Resistência por parte de alguns alunos em seguir a nova rotina por não ter o hábito desses novos ambientes de aprendizagem, dificuldades dos professores.
QUESTÃO 2. De que forma foi	Por vídeos gravados, vídeo-chamadas pelo

realizado o acompanhamento das aulas dos alunos da educação especial durante a pandemia?	professor auxiliar que orientava e acompanhava a realização das atividades, e por meio de apostilas com orientações para pais/responsáveis perceberem a necessidade da interação. Também houve visitas do professor auxiliar à família uma ou duas vezes por semana.		tomando os cuidados necessários, como uso de máscara, distanciamento e álcool gel. O investimento tecnológico aconteceu já próximo ao final do período de emergência.
QUESTÃO 3. Houve algum momento de formação com os professores que lidam com alunos da educação especial para trabalhar no ensino remoto?	Sim. Reuniões virtuais.	QUESTÃO 5. Como você considera a colaboração da família para auxiliar nas atividades dos alunos da educação especial durante a pandemia?	Considero como um desafio que trouxe impactos negativos, pois muitos justificavam a falta de tempo para acompanhar as atividades, já que precisavam buscar sobrevivência básica como alimentos, a família não tinha como priorizar a realização de tarefas; Moradia com muitas pessoas e impossibilitava o professor de ir até à casa.
QUESTÃO 4. Qual a contribuição da Secretaria Municipal de Educação para minimizar os impactos das aulas remotas da educação especial? Houve investimento tecnológico?	Orientação pedagógica aos profissionais, visitas domiciliares junto à equipe de assistência social e psicólogas nos casos de não acompanhamento por parte do estudante/família nas aulas, sempre buscando formas que adequassem à realidade do aluno, como por exemplo, em casos extremos o aluno ia à escola uma ou duas vezes por semana e era acompanhado por sua auxiliar, sempre		

Fonte: Pesquisa da autora (2022)

A partir dos dados obtidos nesta pesquisa percebe-se que há uma relação distanciada entre a teoria e prática apresentada pelas leis, porém, se aproxima da reflexão realizada por alguns teóricos acerca dos impactos causados no processo educativo dos alunos da educação especial do município de Penedo no formato de aula remota.

A primeira questão sobre os principais desafios, já mostra uma realidade gritante que é a falta de equipamentos tecnológicos para o acompanhamento das aulas remotas somados a falta de tempo da família e outro fator importante que é a dificuldade dos alunos em lidar com os ambientes de aprendizagem. Isso significa que os professores que atuam nesta modalidade, não costumavam utilizá-los. Nesse sentido, é preciso incluir o aluno com deficiência na educação regular, não apenas inserir como afirma Montoan (2006) “inserir não se confunde com incluir. Inserir é permitir o acesso ao passo que, incluir e criar as condições de permanência”.

A segunda questão que tratava do acompanhamento das aulas dos alunos da educação especial durante a pandemia, foi percebido por meio da resposta da Coordenadora, que houve a preocupação em envolver estes alunos no processo de ensino remoto mesmo que estes não tivessem um retorno tão positivo. A dificuldade em atuar no sistema tecnológico por falta de acesso anteriormente, se constituiu como grande impacto na vida escolar do público em discussão.

Na terceira questão sobre se houve algum momento de formação, a Coordenadora respondeu que sim, houve reuniões virtuais. Nota-se que reunião é

diferente de formação, então, isso confirma o que dizem Rocha e Vieira (2021) “É sabido que há uma escassez de profissionais qualificados para atuar na área da Educação Especial Inclusiva. Agora, a busca é por profissionais qualificados para atuar na área da Educação Especial Inclusiva em tempos de pandemia e ensino remoto”. Acredita-se que esta escassez diz respeito a falta de formação continuada para estes professores se adequarem a realidade.

A quarta questão, que buscou dados sobre a contribuição da Secretaria Municipal de Educação para minimizar os impactos das aulas remotas da educação especial e se houve investimento tecnológico. Ficou claro que esta instituição contribuiu para esse processo, no entanto, faltou o investimento tecnológico. Também trata de orientação pedagógica, porém, não menciona a questão de formação específica para os professores dessa modalidade.

Na quinta questão, que buscou informações sobre a colaboração da família para auxiliar nas atividades dos alunos da educação especial durante a pandemia. Foi percebido a partir da resposta da Coordenadora colaboradora com esta pesquisa que foi considerado como um dos principais desafios. Cabe aqui ressaltar o que expressam (ARRUDA, 2020) “ O diálogo entre a escola, os pais e os filhos é

peça fundamental. Quando o professor não recebe o retorno das famílias, a situação se complica, pois, essa é uma das poucas formas de se perceber os resultados”.

Em suma, pode-se afirmar que toda mudança de rotina tem um grande impacto na vida de qualquer indivíduo, e no que diz respeito à educação, com a mudança das aulas presenciais para remota não foram diferentes, todos sofreram dificuldades, principalmente os estudantes da educação especial, porém, se todos os direitos dos alunos dessa modalidade fossem respeitados, os impactos poderiam ter sido minimizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização da pesquisa que resultou na construção desse artigo, foram encontrados muitos desafios pelo fato dessa temática ser considerada ampla e complexa, porém, foi evidenciado no estudo teórico e a partir das leis que regem a Educação Especial que já houve grande avanço nos últimos tempos no que diz respeito aos direitos destes alunos. Já na breve pesquisa de campo, foi evidenciada a necessidade de refletir sobre o processo de inclusão no município de Penedo.

A inclusão escolar de todos os alunos é importante para o crescimento de uma sociedade mais justa, como também,

contribui para a construção e valorização da cultura das diferenças. Com isso, a presente pesquisa pretendeu contribuir para que os leitores possam entender os aspectos que perpassaram durante o ensino remoto emergencial e perpassam no cotidiano dos alunos com deficiência. Também da necessidade de as escolas criarem seus espaços mais inclusivos, e que leve em consideração os direitos que atendam a legislação vigente.

Nessa perspectiva, espera-se que este trabalho possa despertar a possibilidade de pensar em intervenções positivas no sentido de que as leis sejam atendidas e colocadas em prática de forma correta, através dos órgãos e instituições de ensino para a implementação de políticas que reforcem o comprometimento com a educação especial inclusiva, possibilitando alavancar a educação brasileira a outro nível, contornando os impactos negativos.

REFERÊNCIAS.

ANDRADE, Ana Maria de Fátima; BORGES, Fátima Cristina Marinho Corrêa; CARLOTTO, Silvani. O PAPEL DO PEDAGOGO EM RELAÇÃO À INCLUSÃO ESCOLAR. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 6, p. 1114-1122, 2022. Disponível em: <https://www.periodicorease.pro.br/rease/article/view/6041/2316>. Acessado em: 09 dez. 2022.

ARAÚJO AZEVEDO, Jacy de; VIEIRA, Andreia Patricia Alves Vasconcelos; ALVES, Amanda Maria Gomes Cordeiro. A educação especial no contexto do plano nacional de educação 2014-2024. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 30892-30911, 2020. <Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/10630/8880>. Acessado em: 05 dez. 2022.

ARRUDA, Eucídio Pimenta. **Educação remota emergencial**: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede*, v.7, n.1, p. 257-275, mai. 2020.

BELTRAMI, Valcenir Aparecido; LUIZ, Maria Cecília. Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020: avanços ou retrocessos para a inclusão?. **MOSAICO**, v. 20, n. 1, 2022. Disponível em: <http://200.145.201.15/index.php/revistamosaico/article/viewFile/853/695>. Acessado em: 09 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição**: República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. **Medida Provisória** nº 934, de 1º de abril de 2020. *Diário Oficial da União*, 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-934-de-1-de-abril-de-2020-250710591>. Acesso em: 14/04/2021.

BRASIL. Lei No 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com

Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Brasília: **Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos**, [2012]. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2012/lei-12764-27-dezembro-2012-774838-publicacaooriginal-138466-pl.html>. Acesso em: 02 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Lei no 13.146/2015, de 6 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência** (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015.

BRASIL, **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Diário Oficial da União Publicado em: 01/10/2020 | Edição: 189 | Seção: 1 | Página: 6. Brasília, 2020

BRASIL. MEC. Declaração de Salamanca. Brasília, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei no 9.394/1996, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.]

CAMARGO, Flávia Pedrosa de; CARVALHO, Cynthia Paes de. **O direito à educação de alunos com deficiência: a gestão da política de educação inclusiva em escolas municipais segundo os agentes implementadores**. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 25, p. 617-634, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbee/a/XRCWL7VZfdx9LvWK4CVQKnN/?format=pdf&lang=pt>. Acessado em: 02 dez. 2022.

CARDOSO, Alessandra Andrade; DE

MESQUITA TAVEIRA, Gustavo Diniz; STRIBEL, Guilherme Pereira. **Educação especial no contexto de pandemia:** reflexões sobre políticas educacionais. *Revista Teias*, v. 22, n. 65, p. 510-518, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/50005/37856>. Acessado em: 03 dez. 2022.

DE SOUSA OLIVEIRA, Eleilde et al. A educação a distância (EaD) e os novos caminhos da educação após a pandemia ocasionada pela Covid-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n.7, p. 52860-52867, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/14095/11787>. Acessado em: 05 dez. 2022.

JOYE, Cassandra Ribeiro; MOREIRA, Marília Maia; ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Educação a Distância ou Atividade Educacional Remota Emergencial: em busca do elo perdido da educação escolar em tempos de COVID-19. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 7, p.e521974299-e521974299, 2020. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/4299/3757>. Acessado em: 02 dez. 2022.

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus Professor, Adeus Professora? Novas exigências educacionais e profissãodocente. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2011. Disponível em: https://www.uricer.edu.br/site/pdfs/perspectiva/156_683.pdf. Acessado em: 21 dez.2022.

MALTA, Deborah Carvalho et al. A

pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29,2020. <Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/1165/1754>. Acessado em: 01 dez. 2022.

MEDEIROS, Marcia Maria de; DALLAZEN, Janaina Maria Coelho; DA SILVA, Luiz Alberto Ruiz. Reflexões sobre a educação em ambiente virtual de aprendizagem: Internet, virtualização e a sociedade emrede Reflections on education in a virtual learning environment: Internet, virtualization and the network Society. **Brazilian Journal of Development**,v. 7, n. 10, p. 100505-100521, 2021.> Acesso em: 05 dez. 2022.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar:** pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MARQUES, Ariely; COSTA, Jordana de Abreu Leme da; MOURA, Juan Francs Lima de; ABREU, Vildeir Andreza Lopes de. **Os desafios da inclusão digital no ensino remoto para o aluno com deficiência intelectual: estudo de caso.** Anais do 13º Salão Internacional, Pesquisa e Extensão da UNIPAMPA v. 13 n. 1, 2021.

MOREIRA, J. António; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digitalonlife. **Revista UFG**, v. 20, n. 26, 2020. Disponível em: <https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/10642>. Acessado em: 02 dez. 2022.

NETA, Adelaide de Sousa Oliveira; DO NASCIMENTO, Romária de Menezes; FALCÃO, Giovana Maria Belém. A educação dos estudantes com deficiência em tempos de pandemia de Covid-19: **a invisibilidades dos invisíveis. Interacções**, v. 16, n. 54, p. 25-48, 2020.< Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/21070>. Acesso em: 06 dez. 2022.

SOUZA, Flavia Faissal; DAINIZ, Débora. Educação Especial e Inclusiva em tempos de pandemia: o lugar de escola e as condições do ensino remoto emergencial. **Praxis educativa**, v.15, p. 1-15, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/16303/209209213524>. Acessado em: 02 dez. 2022.

LEI, No. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, v. 20, 2000. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2000/>. Acessado em: 07 dez. 2022.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid; FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os desafios de uma perspectiva inclusiva. **Educação & Realidade**, v. 44, 2019. Disponível em: [ps://www.scielo.br/j/edreal/a/J8j5ZYK99htRZyQnW7Cqbrs/?lang=pt&format=htm](https://www.scielo.br/j/edreal/a/J8j5ZYK99htRZyQnW7Cqbrs/?lang=pt&format=htm). Acessado em: 07 dez. 2022.

PIFFERO, Eliane de Lourdes Fontana et al. Um novo contexto, uma nova forma de ensinar: Metodologias ativas em aulas remotas. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 6, p.e 142020-e 142020, 2020. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1420/585>. Acesso em: 01 dez. 2022

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na Educação Especial Brasileira?. **Momento- Diálogo em Educação**, v. 29, n. 1, p. 57-70, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357/7600>. Acessado em: 06 dez. 2022.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva; DE FREITAS VIEIRA, Márcia. Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota. **Dialogia**, n. 39, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/dialogia/article/view/20600>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ROCHA, Roberta. **Profissionais explicam a diferença entre ensino a distância e ensino remoto**. Instituto Federal de Alagoas, 2021. Disponível em: <https://www2.ifal.edu.br/noticias/profissionais-explicam-a-diferenca-entre-ensino-remoto-e-ensino-a-distancia>. Acesso em: 10/12/2022.

ROCHA, Gilda Fernandes Silva Rocha e VIEIRA, Márcia de Freitas. **Educação inclusiva em tempos de pandemia: assistência aos estudantes da educação especial por meio da educação remota**. Dialogia, São Paulo, 2021

SILVA, Karla Wunder et al. A educação

especial e a covid-19: aprendizagens em tempos de isolamento social. **Educação**, v. 10, n. 1, p. 124-136, 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/articloe/view/8914/4133>. Acessado em: 01 dez. 2022.

SUGAHARA, Cibele Roberta;
FERREIRA, Denise Helena Lombardo;
BRANCHI, Bruna Angela. Ensino Superior: Aprendizagem de alunos com deficiência no ensino remoto em tempos de pandemia. Disponível em: <https://www.eventoanap.org.br/data/instituicoes/7842/form2222251832.pdf>. Acessado em: 07 dez. 2022.

VALENTE, José Armando. Tecnologias e educação a distância no ensino superior: uso de metodologias ativas na graduação. **Trabalho & Educação**, v. 28, n. 1, p. 97-113, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9871/9929>. Acessado em: 06 dez. 2022.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

A TERCEIRA IDADE NA SALA DE AULA: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

*Raiane Martins Menezes¹
Alex das Chagas Rosa²
Jonas dos Santos Lima³*

RESUMO

O estudo tem como problemática analisar os desafios e possibilidades do processo de ensino e aprendizagem em face de pessoas que se encontram na terceira idade. Não importa a idade, o sexo, a cor, a religião, todos têm direito a expandir sua aprendizagem. O estudo tem como objetivo geral analisar os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no tocante ao acesso do ensino por pessoas na terceira idade. Quanto aos objetivos específicos compreendem analisar quais os desafios e as possibilidades do processo de ensino e aprendizagem em pessoas da terceira idade. Quanto ao método selecionado, o estudo concebe no primeiro momento uma revisão de literatura acerca dos obstáculos e possibilidades enfrentados pelos docentes frente aos alunos que estão na terceira idade, e essa revisão tem como base artigos científicos, livros e dados de instituições oficiais do Governo. Por fim, será realizada uma pesquisa de campo com alunos da Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, do período noturno, no programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJA). Concluindo que os principais desafios em se ensinar pessoas na terceira idade é que ficaram por anos sem estudar, o que faz com que tenham maiores limitações, por isso, esse processo acaba sendo mais lento que o comum.

Palavras-chave: Educação. Terceira Idade. Desafios.

¹ E-mail: raiane.mm@outlook.com

² E-mail: prof.alex.chagas@frm.edu.br

³ E-mail: jonaslima183@gmail.com

INTRODUÇÃO

O ensino e a aprendizagem são processos intrínsecos ao ser humanos, posto que desde seus primeiros anos de vida as pessoas têm contato com um conjunto de informações acerca do mundo. A aprendizagem é um processo constante, o que significa que não importa a idade, todos podem se beneficiar com o conhecimento. A vida humana comporta fases, e a pesquisa em tela tem como objeto os desafios e possibilidades do ensino-aprendizagem das pessoas da terceira idade, ou seja, pessoas que possuem 60 anos em países em desenvolvimento e 65 anos países desenvolvidos, conforme a Organização das Nações Unidas (1982). Quanto ao objeto em tela, é comum as pessoas que se encontram na terceira idade enfrentarem obstáculos no tocante ao processo de ensino-aprendizagem, especialmente, o preconceito evocado por terceiros que subestimam a capacidade que pessoas nessa idade não possam prosseguir no caminho da aprendizagem. Silva (2005), define o processo do envelhecimento como etapa das modificações psicológicas, onde é fundamental que existam formas e processos que salvaguardem o direito dos idosos em adaptação diante de um cotidiano em transformação, seja nas questões socioculturais, como também

socioeconômicas em paralelo às transformações físicas e psíquicas.

Neste contexto, o conhecimento deve ser acessível a todos, e não apenas para uma parte da população e os idosos devem ser contemplados, principalmente por conta do crescimento dessa parcela da população.

Um Efeito na estrutura etária da população brasileira que pode ser comprovado de acordo com os estudos do IBGE:

A população do Brasil está mais velha. Entre 2012 e 2021, o número de pessoas abaixo de 30 anos de idade no país caiu 5,4%, enquanto houve aumento em todos os grupos acima dessa faixa etária no período. Com isso, pessoas de 30 anos ou mais passaram a representar 56,1% da população total em 2021. (IBGE, 2022).

Na escola, de forma específica na sala de aula não há qualquer distinção de cor, sexo, religião, não importa a origem, neste sentido, todos, incluindo os idosos, podem desenvolver habilidades através do ensino de qualidade e viver com mais dignidade por se sentir inserido na sua comunidade.

No Brasil, a LDB - Lei 9.394 de 1996 estabelece quais as diretrizes e bases da educação nacional, onde está estabelecida que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem

no âmbito familiar, na convivência com a comunidade, no trabalho, nas instituições de ensino, nos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil como as manifestações culturais.

Nosso estudo tem como objetivo analisar os parâmetros da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional no tocante ao acesso do ensino por pessoas na terceira idade, e quais os desafios e as possibilidades do processo de ensino e aprendizagem no grupo da terceira idade.

Quanto ao método de abordagem, trata-se de uma pesquisa qualitativa, uma vez que, a “[...] abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 2003, p. 22) quanto aos procedimentos trata-se de um estudo baseado na revisão da literatura acerca dos obstáculos e possibilidades enfrentados pelos docentes frente aos alunos que estão na terceira idade, e essa revisão tem como base artigos científicos, livros e dados de instituições oficiais do Governo. Por fim, será realizada uma pesquisa de campo com alunos da Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, do período noturno, no programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI).

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O envelhecimento é um evento preocupante para o indivíduo, pois significa que ele está se aproximando do fim de sua vida, com isso, o envelhecimento é um evento inerente ao ser humano. O ciclo da vida não pode ser mudado, contudo, é possível mudar a forma como uma pessoa passa por todo esse ciclo. Nesse contexto, muito se busca melhorar a qualidade de vida para que possa desfrutar o máximo possível de tudo que a vida pode proporcionar.

A vida é um processo constante de transformação, por isso, é essencial que as pessoas estejam prontas para lidar com as constantes mutações da vida. E na pessoa do idoso, é importante que quanto maior for sua idade, é vital que sejam trabalhadas questões importantes para que eles possam viver bem.

Com relação a valorização do idoso na sociedade, elenca-se:

Percebe-se que na atualidade, é negada ao velho sua função, social, uma vez que habilidades como aconselhar e lembrar são mecanismos não valorizados, sendo decorrente a opressão á velhice. Esta se dá a partir de mecanismos institucionais visíveis como, por exemplo, as casas de repouso, asilos, bem como por questões psicológicas e familiares e mecanismos que demonstram deterioração física e deficiência

nas relações interpessoais. É preciso que se estabeleça respeito pelo idoso, reconhecendo-o enquanto ser humano, pois mesmo apresentando certa diminuição de suas habilidades físicas e sensoriais, estes ainda vão possuir outras qualidades que devam ser valorizadas (BRITO, 2014, p. 13).

O envelhecimento compreende uma redução da capacidade corporal, visto que há uma deterioração genética com o passar dos anos, com isso, surgem mudanças fisiológicas, e que variam de pessoa para pessoa. Quando se inicia o processo de envelhecimento não existe um fundamento único, pelo contrário, há controvérsias, contudo, com o passar dos anos são notáveis a confirmação desse evento biológico.

Como consequência do envelhecimento, há uma limitação de determinadas ações humanas como, por exemplo, a capacidade de aprendizagem, contudo, isso não significa que eles não podem aprender, mas que terão maior dificuldades. Sem mencionar nos obstáculos trazidos pelo fator locomoção, pois muitos deixam de sair de casa por medo de cair.

Apesar do excesso de idade e as limitações fisiológicas que vão surgindo, os idosos são indivíduos com uma bagagem incalculável de experiências, que poderá vir a efetivar determinados processos ligados á aprendizagem. É partindo desses

pressupostos, que será analisada a importância da educação e os desafios e possibilidades quanto ao ensino direcionado para pessoas idosas.

No artigo 205 da Constituição Federal do Brasil, de 1988 (CF/88), se encontra dispositivo que dispõe acerca da educação, do qual diz que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da Família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, e seu objetivo é o desenvolvimento do ser humano para que ela possa exercer a cidadania e ter qualidade técnica para o trabalho.

Com relação aos princípios da educação com base na CRFB/88:

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas; VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII - garantia de padrão de qualidade. VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação

escolar pública, nos termos de lei federal. IX - Garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Os indivíduos têm o direito de ter acesso e permanência no ambiente escolar, pois existe todo um processo de ensino e aprendizagem que precisa ser respeitado para que a pessoa possa progredir intelectualmente. Nessa ordem, deve ser protegido a pluralidade de ideias, uma vez que todo indivíduo tem sua forma de aprender e suas próprias ideias. Através da educação as pessoas podem efetivar sua cidadania de forma mais eficiente, posto que é por meio do processo educacional que as pessoas aprendem a expressar melhor sua opinião, assim como escolher seus representantes e exigem seus direitos de forma fundamentada, com base nesse pressuposto, assinala:

A efetivação do Estado de Direito foi responsável por inserir a instituição de regras definidoras de direitos políticos, direito à liberdade e garantias individuais em muitos países. O direito à educação foi estabelecido como uma garantia individual com capacidade de proporcionar ao homem sua verdadeira cidadania. A cidadania garante ao ser humano expressar melhor sua opinião, escolher seus governantes, exigir seus direitos. Evitando, dessa forma, que o indivíduo seja um simples instrumento de manipulação aos interesses das

classes predominantes e economicamente dominantes (BEZERRA, 2014, p. 14).

A educação nacional é disciplinada pela Lei 9.394, de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB), e nela o sistema educacional abrange os processos formativos que se iniciam, na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, em outras instituições de ensino e pesquisa, até mesmo, movimentos sociais e organizações da sociedade civil e em manifestações culturais.

A educação escolar se aplica em instituições próprias, da qual se encontra relacionada direta e indiretamente com o mundo do trabalho e à prática social, com sustentação no artigo 1º, §2º da lei supracitada. Começando por esse pressuposto, no artigo 3º se encontram mencionados os princípios e fins da educação nacional.

Concordando com a CF/88, a LDB estabelece que a educação é dever da família e do Estado, e tem como inspiração os princípios de liberdade e em ideias de solidariedade entre os seres humanos, pois a finalidade da educação e o pleno desenvolvimento do discente.

No artigo 3º da LDB estão estabelecidos quais são seus princípios, dos quais compreende a igualdade de condições

para que as pessoas possam acessar e permanecer na escola; liberdade para as pessoas aprenderem e ensinarem, divulgarem e pesquisarem a cultura, a arte, o pensamento e o saber; no ambiente escolar a intolerância não será tolerada, e é permitido a existência de instituições de ensino pública ou privada.

O processo de ensino e aprendizagem é fundamental para a qualificação dos cidadãos e, conseqüentemente, o desenvolvimento socioeconômico da comunidade em que eles estão inseridos. Nesse sentido, é fundamental que sejam formados jovens, adultos e idosos que tem uma ciência acerca da realidade socioeconômica em que estão envolvidos (POCINHO, 2015). É através do ensino que se torna possível criar oportunidades e expectativas de sucesso para as gerações que ainda irão aparecer.

No processo educacional se deve priorizar a criação de metas a serem batidas; otimizar os recursos disponíveis para ser capaz de suprir todas as necessidades; que cumpram seus objetivos sociais e que sejam minimizadas as desigualdades no tocante ao desempenho acadêmico.

Em relação a importância da educação, cumpre elencar:

A educação nos é apresentada como uma questão bastante complexa, pois não é uma simples

questão de subsistência, mas é a propulsora da humanidade. Educar é, assim, humanizar o homem, o que abrange suas ações, seus comportamentos, seus hábitos e tantos outros aspectos. Pensar na educação pressupõe um exercício constante de reflexão por parte de seus envolvidos, justamente por abranger muitos aspectos, processos e leis (OLIVEIRA, 2013, p. 9).

O Direito à educação, como dever do Estado, se materializa na educação básica, que é obrigatória e gratuita dos 4 anos aos 17 anos de idade, com isso, se organiza nos seguintes níveis: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. Toda a organização educacional em âmbito nacional compreende a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, dos quais trabalham em colaboração.

À vista do que foi dito, a educação é algum intrínseco ao ser humano, pois se encontra presente em todos os tempos da história da humanidade, em todas as sociedades e povos, e tem início no âmbito familiar, até que se expande para outras instituições instituídas com a função de propagar e estimular a aprendizagem. (REIS, 2022).

Com base na importância da educação no âmbito familiar e escolar, cita-se:

Há muitos anos, pregamos e defendemos que a educação não é

um privilégio e responsabilidade exclusivamente da escola. Todavia, temos a consciência de que a própria sociedade se responsabiliza pela educação dos seus membros e os adéquam aos seus diversos seguimentos populares sociais ou instituições; que por sua vez tornam-se colaboradores diretos e indiretos na construção educacional (SANTOS, 2016, p. 3).

No que diz respeito à educação para pessoas que se encontram na terceira idade, que são aquelas que têm 60 anos ou mais, e para entender a pertinência desse tema, em uma década (2011-2021), a população brasileira cresceu apenas 7,6%, enquanto a população de idosos cresceu mais de 41%. (SILVEIRA, 2022). Cada vez mais os idosos vêm assumindo funções importantes em razão do crescimento do número de pessoas que se encontram nessa faixa etária. Com relação a esse fato, cumpre falar:

O idoso, nos últimos anos, vem assumindo cada vez mais um papel relevante na sociedade brasileira. Apesar de todos os preconceitos que revestem a velhice, esta faixa etária vem sendo entendida de maneira distinta no campo de pesquisa. Hoje, percebe-se que o idoso está sendo incluído em pesquisas nas ciências humanas e sociais, devido ao crescimento contínuo e acelerado deste contingente, o que demanda novas ações e estudos (OLIVEIRA, 2015, p. 1).

Com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), até 2050, os idosos irão corresponder a mais de 66 milhões de pessoas, ou seja, quase 30% da população brasileira, com isso, em 2030 começará a se modificar o perfil da população brasileira no tocante à faixa etária (SILVA, 2022).

No tocante ao Parecer 11 do Ministério da educação (BRASIL, 2000) que dispõe acerca das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (EJA), o idoso tem direito à educação assim como todo e qualquer cidadão, pois, sua idade avançada não minimiza seus direitos, pelo contrário, enseja o dever de a entidade estatal em criação de mecanismos capazes incluir o idoso no ambiente em que ele vive.

No que se refere a importância da educação para os idosos, cita-se:

A educação, além de direito para o idoso, representa a possibilidade de mudanças conceituais em relação ao envelhecimento e a velhice. Uma ação educacional que contemple esta temática dentre um de seus eixos conduz a reflexão em relação ao processo de envelhecimento populacional, como também facilita a própria aceitação da condição de idoso. Desta maneira, a educação deve ser vista como um processo, um fato existencial e um fato social. É considerada como um fenômeno cultural e não consiste na formação uniforme de todos os indivíduos porque se desenvolve sobre o processo econômico da sociedade. (OLIVEIRA, 2015, p. 7).

Por meio da educação é possível aproximar a figura do idoso para as pessoas que se encontram em faixa etárias inferiores, visto que o processo de ensino e aprendizagem estimulam a comunicação entre as pessoas. (BARROS, 2021). Sobre o Parecer 11, de 2000, será aprofundado, visto que ele é importante para o presente estudo, pois ele dá início ao programa do EJAI. Acerca do EJAI e sua função, o Parecer 11 do Ministério da Educação (BRASIL, 2000) enfatiza-se:

Os Estados – Partes do presente Pacto reconhecem que, com o objetivo de assegurar o pleno exercício desse direito: a educação primária deverá ser obrigatória e acessível gratuitamente a todos; a educação secundária em suas diferentes formas, inclusive a educação secundária técnica e profissional, deverá ser generalizada e tornar-se acessível a todos, por todos os meios apropriados e, principalmente, pela implementação progressiva do ensino gratuito; (...); dever-se-á fomentar e intensificar na medida do possível, a educação de base para aquelas pessoas que não receberam educação primária ou não concluíram o ciclo completo da educação primária. (art.13,1,d do Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da Assembleia Geral da ONU de 16.12.66, aprovado, no Brasil, pelo decreto legislativo nº. 226 de 12.12.95 e promulgado pelo decreto nº. 591 de 7.7.92). (BRASIL, 2000).

Esse parecer corporificou a obrigatoriedade da educação primária e acessível para todos, assim como a educação secundária no que corresponde ao desenvolvimento da técnica para uso profissional, ou para o que o indivíduo desejar. Por meio desse parecer se buscou facilitar o acesso à escrita e leitura.

Listando os desafios de se ensinar para pessoas que se encontram na terceira idade, se ressalta a deficiência metodológica de muitos materiais didáticos, uma vez que não são feitos para o público idoso, com isso, muitos alunos podem vir a se desmotivar, especialmente, aqueles que têm dificuldade de ler, ou que não sabem nem ler ou escrever, pois livros que voltados para o ensino da ler e escrever apresentam uma conotação infantil. (HOLANDA, 2017).

Um mecanismo que poderá ser usado para minimizar os desafios das pessoas da terceira que buscam retornar ao ambiente escolar, são as tecnologias, pois já que os materiais impressos focam no público infantil, o uso de vídeos e imagens são alternativas potentes no tocante à efetivação do aprendizado.

No que tange aos benefícios do uso da tecnologia em conjunto com o ensino:

A busca por novas alternativas está surgindo para que a implantação de projetos e programas de

inclusão digital aconteçam, mas que seja de maneira funcional e produtiva. Através da alfabetização e do letramento digital, o indivíduo aprende a adquirir de fato habilidades para desenvolver com informação eletrônica interagindo e desfrutando dos recursos oferecidos pela web e buscando novos conhecimentos. A inclusão digital na educação de jovens e adultos, se caracterizada como conhecimento para a autonomia, poderá ter um impacto significativo na vida social dos sujeitos adultos reinseridos no espaço escolar. (NÓBREGA, 2019, p. 53).

Através do contato com tecnologias as pessoas idosas podem aplicar todo o conhecimento adquirido em sala de aula por meio da expressão de suas ideias, e para executar essa ação, seria interessante a criação de redes sociais voltadas para que os alunos expressassem suas opiniões com o intuito de ter contato com outros alunos, e assim compartilhem seus conhecimentos, e estimulem o diálogo e discutir sobre as dúvidas.

A internet é uma arma que deve ser utilizada para melhorar a qualidade de vida das pessoas, com isso, desafios ligados ao fato do idoso não se sentir conectado socialmente com o mundo, podem ser decididos com sua participação nas redes sociais, inclusive, com pessoas mais jovens.

De acordo com Pereira; Claro (2021):

Por isso, é uma tarefa do campo da EJAI a organização do trabalho pedagógico que inclua e valorize os saberes e as experiências que estes educandos carregam consigo. São sujeitos que marcados pela vida, tolhidos em muitas dimensões de suas existências, que a EJAI tem responsabilidade acolher e valorizar.

Quanto as possibilidades do ensino em pessoas na terceira idade, estudos apontam que avanços na qualidade de vida podem ser confirmados na população idosa que participam de programas e ações educacionais, pois é uma maneira de exercitar a mente, visto que serão experimentados momentos de acesso a novos conhecimentos, ou consolidação de conhecimentos já acessados. (BEZERRA, 2020).

Uma possibilidade quanto ao ensino de pessoas na terceira idade é de que contribui para que experiências sejam ressignificadas, ou seja, de experiências que foram acessadas no decorrer de suas vidas, pois com a idade avançada, o indivíduo apresenta um outro estilo de mentalidade provocada pelas incontáveis experiências vivenciadas. (BEZERRA, 2020).

No Brasil, os direitos dos idosos são disciplinados pela Lei 10.741, de 2003, que

é conhecida como Estatuto do Idoso, pelo qual tem como objetivo resguardar os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos, conforme dito anteriormente. Com relação aos direitos do idoso, salienta-se:

Art. 2º A pessoa idosa goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade. (BRASIL, 2003).

Com fundamento no rol de direitos e garantias fundamentais, sem mencionar na proteção da dignidade da pessoa humana com pilar que sustenta as normas no Brasil, a figura do idoso e encontra protegida de quaisquer violações frente aos seus direitos, dentre eles, de ter acesso à sala de aula.

Levando em considerações os expostos anteriores, é nítido que a educação compreende um fenômeno que acompanha o homem em todos os períodos de sua vida. A educação é um instrumento que possibilita que o homem esteja sempre em construção e desconstrução contínua, contudo, é importante dizer que nem sempre esse processo é uniforme, já que em

virtude de inúmeros fatores as pessoas podem abandonar as salas de aulas como, por exemplo, por causa de distância e falta de disponibilidade, já que as pessoas precisam trabalhar e acabam chegando tarde em casa (LOUREIRO, 2019).

Tocante ao ensino para pessoas que se encontra na terceira idade, é importante salientar que cada pessoa tem sua forma de envelhecer, e caberá ao docente atuar de maneira que facilite o processo de ensinamento para pessoas que se encontrem em idades mais avançadas. Portanto, é necessário criar metodologias direcionadas para pessoas nessa idade.

3 MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado foi a realização de estudos acerca da literatura que trata do processo educacional em pessoas na terceira idade, somado com a realização de um formulário em uma escola situação na cidade de Penedo, Estado de Alagoas, nesse formulário constam questionamentos acerca das experiências dos discentes.

No que concerne aos materiais métodos do presente estudo, a pesquisa é do tipo mista, visto que foi realizado um levantamento bibliográfico acerca da importância da educacional e os desafios e possibilidade no que tange ao ensino de pessoas que se encontram na terceira idade,

peessoas com 60 anos ou mais. Nesse contexto, o estudo é qualitativo, do qual compreende:

A pesquisa qualitativa é considerada subjetiva e não científica, uma vez que não opera com dados matemáticos que permitem descobrir relações de causa e efeito no tratamento estatístico. Na pesquisa qualitativa, o importante é a objetivação, pois durante a investigação científica é preciso reconhecer a complexidade do objeto de estudo, rever criticamente as teorias sobre o tema, estabelecer conceitos e teorias relevantes, usar técnicas de coleta de dados adequadas e, por fim, analisar todo o material de forma específica e contextualizada (GUERRA, 2014, p. 16).

Foi encontrado na literatura diversos materiais voltados para o estudo da importância do processo de ensino e aprendizagem, assim como com relação aos desafios e possibilidades envolvendo o processo de ensino e aprendizagem para pessoas que se encontra na terceira idade. Os descritivos utilizados no Google Acadêmico foram: educação, terceira, idade, desafios e possibilidade.

No segundo momento, foi realizado o formulário mencionado, com método de abordagem quantitativo, do qual se caracterização pela quantificação de um problema, e compreender a dimensão dos

desafios envolvendo a aplicação do processo de ensino e aprendizagem em pessoas idosas.

Posteriormente, foi realizada uma pesquisa na Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, do período noturno, no programa de Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI). Foram realizadas 20 perguntas para 11 alunos, sendo 9 mulheres e 2 homens, com objetivo diagnosticar os fatores vivenciados pelos estudantes da Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, do período noturno. Já nesse momento, o estudo é do tipo quantitativo, já que haverá a operação com dados do formulário realizado com os alunos, que podem ser observa no quadro 1:

Quadro 1 – Formulário apresentado aos alunos

<p>1. Gênero Feminino (<input type="checkbox"/>) Masculino (<input type="checkbox"/>) Outros (<input type="checkbox"/>)</p> <p>2. Idade 21 – 30 anos (<input type="checkbox"/>) 31 – 40 anos (<input type="checkbox"/>) + 50 anos (<input type="checkbox"/>)</p> <p>3. Estado Civil Casado (a) (<input type="checkbox"/>) Solteiro (a) (<input type="checkbox"/>) Outros (<input type="checkbox"/>)</p> <p>4. Tem filhos (as)? Sim (<input type="checkbox"/>) Quantos?_____ Não (<input type="checkbox"/>)</p> <p>5. Você reside em: Zona Rural (<input type="checkbox"/>) Zona Urbana (<input type="checkbox"/>) (<input type="checkbox"/>) Comunidade Indígena (<input type="checkbox"/>) Comunidade Quilombola (<input type="checkbox"/>)</p> <p>6. Possui alguma deficiência? Não (<input type="checkbox"/>) Sim (<input type="checkbox"/>) Qual?_____</p>
--

7. Como você chega até à escola? Transporte público gratuito () A pé () Transporte Particular Outros ()

8. Qual a sua renda mensal? Não possuo renda () Menos de um salário mínimo () Mais de um salário ()

9. Você já precisou parar de estudar? Sim () Por quê? _____

10. O que fez você procurar o EJA? (pode marcar mais de uma opção)
 Vontade de vencer na vida e dar um futuro melhor a família () Por incentivo de outras pessoas () Vontade própria () Porque o ensino é gratuito () Porque preciso assinar meu nome () Aumentar a possibilidade de conseguir trabalho () Outros () Qual (is)?

11. Tem disponibilidade de estudar todos os dias?
 Sim () Não, somente final de semana ()

12. A metodologia utilizada pelos seus professores lhe ajuda a superar suas dificuldades de aprendizagem? Sim () Não ()

13. O que você mais gosta nas aulas?

14. Na sua opinião, o que precisa ser melhorado nas aulas?

15. Você utiliza a internet da sua escola?
 Sim, para fazer pesquisa () Não ()

16. Você utiliza o laboratório de informática da escola?
 Sim () Não ()

17. Qual equipamento você utiliza para acessar a internet?
 Celular () Computador () Chromebook da escola ()

18. Quais meios de comunicação você utiliza para se manter informado?
 Jornal impresso () Rádio () Revista () Internet () Televisão ()

19. Quais destas atividades culturais você gostaria de conhecer? (Pode marcar mais de uma opção)
 Museus () Biblioteca () Parques () Cinema () Teatro () Pontos turísticos da cidade () Cidades Históricas e/ou turísticas () Estádios de Futebol () Outros ()
 Quais?

20. Defina em uma frase o que a escola significa para você?

4 RESULTADOS

Com base no levantamento bibliográfico, e no formulário apresentado na Escola Municipal de Educação Básica Barão de Penedo, do período noturno. Constatou-se que o processo de ensino e aprendizagem é indissociável do ser humano, pois proporciona o pleno desenvolvimento da espécie humana, e atestar esse fato é possível por meio de uma breve observação ao espaço físico que cerca toda a humanidade, no qual podem ser vistos: carros, motos, computadores, satélites, vacinas, celulares etc. Todos os

instrumentos que só existem por causa do progresso do conhecimento humano.

A maioria deles não consegue identificar o que deveria ser melhorado nas aulas, pois todos gostam da metodologia aplicada. No ambiente escolar eles podem se socializar com pessoas que se encontram em sua mesma situação, o que ficou evidente que é um efeito positivo da educação para pessoas na terceira idade.

Ao ter contato com a sala de aula após anos, eles declararam no formulário que gostariam de conhecer atividades culturais como cinema, teatro e pontos turísticos. Se nota que o contato com o conhecimento e o aprimoramento do conhecimento, eles se sentem mais estimulados a ter contato com outras atividades culturais.

Poucos tem computadores, outros usam o da escola e outros acessam à internet através do celular, ou acompanha as notícias através da TV e rádios. Essa informação é pertinente, pois cada pessoa tem suas limitações para aprender, assim como tem limitações quanto aos instrumentos que possuem para acelerar seu processo de aprendizagem por si só.

No que diz respeito ao idoso, o processo educacional é primordial para que ele seja inserido na sociedade, uma vez que é uma forma de mantê-lo ativo na sociedade

e contribuindo para que ele possa continuar se desenvolvendo com dignidade. É inadmissível que em uma sociedade democrática pessoas na terceira idade tenham seus direitos de acessar o sistema educacional mitigado.

A maioria dos alunos são mulheres, e a maioria esmagadora afirmam que tiveram que trabalhar porque necessitou trabalhar; alguns homens afirmaram que precisaram parar de trabalhar porque se mudaram, e teve um indivíduo que afirmou que parou de estudar porque morava longe da escola.

O que eles mais gostam de fazer na sala de aula são atividades, uma vez que muitos aprenderam a ler assim, por meio das atividades. Antes de retornar à escola eles não sabiam nem escrever o próprio nome, por isso, o acesso a escola é essencial, já que muitos se sentia excluídos por não saber fazer o nome.

A maioria não tem disponibilidade de estudar todos os dias em virtude do trabalho, enquanto outras não tem disponibilidade de estudar todos os dias em virtude de ter que cuidar dos filhos. Por isso eles estudam no horário noturno, visto que não tem disponibilidade de estudar pelo dia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mente humana está em constante desenvolvimento, pois a todo instante o ser

humano está entrando em contato com informações novas, e todo o progresso que se tem hoje da humanidade é proveniente de anos de estudos e plena evolução do saber humano, desse jeito, é compreensível que constantemente seja estimulada a busca pelo conhecimento para quem desejar.

O conhecimento não tem idade, e o processo de aprendizagem pode ser confirmado em qualquer ser humano, observando sempre os pontos fortes e as limitações de cada pessoa. No tocante ao processo de aprendizagem, é fundamental que ele esteja disponível para quem dele precisar.

É fatídico que o processo de ensino e aprendizagem é fundamental para o desenvolvimento pleno do ser humano, desse jeito, a entidade estatal visa garantir que nos primeiros anos as pessoas tenham acesso ao processo de ensino e aprendizagem, contudo, nem sempre as pessoas buscam concluir em virtude de inúmeros obstáculos.

No que diz respeito ao ensino de pessoas na terceira idade, 60 anos ou mais, se nota que há limitações, já que para trabalhar muitos acabam se afastando das salas de aula, inclusive, muitos não sabem nem escrever o próprio nome, e outro fator que dificulta a sua permanência ou retorno à sala de aula é a presença de filhos,

especialmente, no caso das mulheres.

Concluindo que os principais desafios em se ensinar pessoas na terceira idade é que ficaram por anos sem estudar, o que faz com que tenham maiores limitações, por isso, esse processo acaba sendo mais lento que o comum, contudo, as possibilidades é de que mesmo as pessoas na terceira idade possam desenvolver técnicas e conhecimentos que irão contribuir com sua qualificação profissional, neste sentido, enquanto prática baseada na Educação Popular a EJAI deve ser contemplada como política pública de Estado com infraestrutura, professores qualificados, assim como uma escola acolhedora composta de um Planejamento Pedagógico direcionado ao público da EJAI e demais atores. Para que isso aconteça a sociedade deve estar atenta e ciente das seus direitos garantidos por lei.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro gráfico, 1988.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro, de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/

19394.htm. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

_____. **Lei 10.741, de 01 de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências. Senado Federal. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.741compilado.htm. Acesso em 15 de dezembro de 2022.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer 11,** de 2000. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/P11_2000.pdf. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

BARROS, Aparecida da Silva Xavier. **Educação de idosos no Brasil: entre desafios e esperanças,** 2021. Disponível em: <https://humanas.blog.scielo.org/blog/2021/11/12/educacao-de-idosos-no-brasil-entre-desafios-e-esperancas/#.Y6DEUXbMKUk>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

BEZERRA, Sara Jane Cerqueira. **Desafios no ensino, pesquisa e extensão no Projeto 3ª Idade na Universidade: trocas de saberes e múltiplas aprendizagens.** Vol. 5 (1), nº 1. 2020, janeiro/julho de 2020.

BEZERRA, Helenita de Vasconcelos. **A**

educação de jovens e adultos na terceira idade, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/2958/1/EVB19092014.pdf>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

BRITO, Jailma Tavares de. **Reflexões sobre o sentido da vida na terceira idade,** 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/8279/1/PDF%20-%20Jailma%20Tavares%20de%20Brito.pdf>. Acesso em 17 de dezembro de 2022.

GUERRA, Elaine Linhares de Assis. **Manual Pesquisa Qualitativa,** 2014. Disponível em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Escolar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf>. Acesso em 10 de dezembro de 2022.

HOLANDA, Mariana. **OS DESAFIOS DE MINISTRAR AULAS PARA IDOSOS(AS).** Vol. 20, núm. 2, pp. 283-290, 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua:** população cresce, mas número

de pessoas com menos de 30 anos cai 5,4% de 2012 a 2021. Rio de Janeiro, 2022.

LOUREIRO, Armando Paulo Ferreira. Desafios do envelhecimento populacional: por uma educação permanente participada. **Laplage em Revista**, Sorocaba, vol.5, n.2, mai.- ago. 2019, p.42-49.

MINAYO, Marília Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

NÓBREGA, Maria de Fátima Ferreira. **Educação na terceira idade: uso das Tecnologias da Informação e Comunicação por idosos em Campina Grande-PB**, 2019. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/repositorio/article/view/755>. Acesso em 18 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Terezinha. **Escola, conhecimento e formação de pessoas: considerações históricas**, 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Polod/article/download/45662/28843/187524>. Acesso em 01 de dezembro de 2022.

OLIVEIRA, Rita de Cássia da Silva. **A educação na terceira idade: conhecimentos a partir da análise das produções (2003-2013)**. Universidade

Estadual de Maringá 02 a 04 de dezembro de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Assembleia mundial sobre envelhecimento: resolução 39/125**. Viena: ONU, 1982. Disponível em: http://www.observatorionacionaldoidoso.fiocruz.br/biblioteca/_manual/5.pdf. Acesso em 25 dez. 2022.

PEREIRA, R. A.; CLARO, L. C. Educação de Jovens, Adultos e Idosos EJAII e a educação popular: diálogos possíveis. In: SEMINÁRIO FORMAÇÃO DOCENTE: INTERSECÇÃO ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA - PAULO FREIRE: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO PÚBLICA 5, 2021, Dourados. **Anais eletrônicos [...]** Dourados: UEMS, 2021, p. 1–12. Disponível em: <https://anaisonline.uems.br/index.php/seminarioformacaodocente/issue/view/124>. Acesso em 26 dez. 2022.

POCINHO, Margarida. **A importância da Educação para o desenvolvimento da sociedade**, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326623780_A_importancia_da_Educacao_para_o_desenvolvimento_da_sociedade/link/5b596ff20f7e9bc79a65718e/download.

Acesso em 02 de dezembro de 2022.

REIS, Ana Cecília Antunes dos. **A importância da educação infantil para o processo de formação humana**, 2022. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4439/1/NC%20Monografia%20Ana%20Cecilia%20Antunes%20do%20Reis.pdf>. Acesso em 02 de dezembro de 2022.

SANTOS, Antonio Fernando. **Educação começa em casa: importância da família na aprendizagem dos alunos**, 2016. Disponível em: <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/educacao-comeca-em-casa.pdf>. Acesso em 03 de dezembro de 2022.

SILVA, M. C. **O processo de envelhecimento no Brasil: desafios e perspectivas**. Textos sobre Envelhecimento, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2005. Disponível em: <http://www.unati.uerj.br>. Acesso em: 20 nov. 2022.

SILVA, Carlos Henrique Soares da. **Tecnologia: os desafios encontrados na terceira idade**, 2020. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/69579>. Acesso em 12 de dezembro de 2022.

SILVEIRA, Daniel. **País passa a ter mais de 10% da população formada por idosos com 65 anos ou mais de idade, diz IBGE**, 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/07/22/pais-passa-a-ter-mais-de-10percent-da-populacao-formada-por-idosos-com-65-anos-ou-mais-de-idade-diz-ibge.ghtml>. Acesso em 05 de novembro de 2022.



Esta obra está sob o direito de Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

O DESAFIO DE ALFABETIZAR ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL NO PERÍODO DA PANDEMIA – 2020 A 2021

*Silvia Cristiane Pereira*¹

*Alex das Chagas Rosa*²

*Sandra Cristina de Sousa Alves*³

*Jonas dos Santos Lima*⁴

RESUMO

O trabalho em tela tem por finalidade refletir sobre o uso das técnicas e atividades voltadas para à alfabetização em uma das épocas mais difíceis para humanidade. Pra tanto, utilizamos a abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória e a pesquisa bibliográfica. Dedicados em amparar os alunos e suas famílias em meio a uma situação de isolamento social e exclusão digital, os professores encontraram dificuldade de alfabetizar a distância as crianças do primeiro ano do ensino fundamental. Durante a pandemia da Covid-19, os alunos em fase de alfabetização precisaram prosseguir nas aulas com atividades à distância, em suas moradias, algo nunca visto. A etapa da alfabetização deve reproduzir uma sucessão de objetivos para que se faça concreto e aceitável para os alunos, ampliando em conjunto às competências linguísticas, o entendimento do mundo e de si. A prática da alfabetização procura continuar a análise do mundo e transformar o alfabetizando um intermediário da mudança pelos conhecimentos e habilitados para o entendimento. A maior dificuldade durante a pandemia foi o manuseio e acesso dos recursos tecnológicos. Os professores tiveram que refletir as suas atuações, para que o ensino alcançasse às crianças e efetivassem as fases de instrução. Foram fragilidades desde a qualidade dos equipamentos utilizados, a falta de conhecimentos das tecnologias, por parte dos professores, até o afastamento de alunos por falta de recursos, como rede de internet ou equipamentos. As aulas remotas demonstraram que existem possibilidades de transformações no cotidiano das salas, com o educador sendo comunicativo, estimulando as dúvidas, orientando os grupos de trabalho.

Palavras-chave: alfabetização; pandemia; recursos tecnológicos; exclusão digital.

¹ E-mail: cristianedavipereira@gmail.com

² E-mail: prof.alex.chagas@frm.edu.br

³ E-mail: prof.sandra@frm.edu.br

⁴ E-mail: jonaslima183@gmail.com

INTRODUÇÃO

O propósito dessa produção é fazer uma investigação sobre a etapa inicial da alfabetização e seus desafios na condição da pandemia da COVID-19. A inusitada interrupção da prática educativa que estávamos habituados provocou uma sequência de transformações em nossas convivências, sendo uma das mais importantes entre professores, alunos e a escola. Nenhum destes atores do processo educativo estava preparado para as modificações que aconteceram no mundo, onde todos tiveram, com raras exceções, que se reestruturar para se planejar uma ação eficiente e proveitosa visando reduzir as consequências do afastamento físico e social. Diante disso, foi indispensável refletir a prática enquanto educadores para não se afastarem dos alunos, não os permitindo ficarem desprovidos de um ensino considerável e de qualidade. Momento onde foi importante buscar por ações racionais e transformadoras.

Com a chegada da pandemia do Covid19, relacionada com doenças respiratórias graves, as escolas públicas e privadas tiveram que paralisar suas aulas presenciais, ao mesmo tempo adaptar seus serviços de forma remota. Nesta complexa situação, milhares de alunos, em etapa de

alfabetização, passaram a realizar suas tarefas escolares no ambiente domiciliar. A mediação passou a ser dos pais/responsáveis, visto que a presença pedagógica do professor (a) passou a ser à distância, causando impactos na prática dos alunos e no desenvolvimento da alfabetização, além das dificuldades que as famílias passaram a enfrentar, uma delas a exclusão digital, por conta dos valores dos equipamentos de telefonia móvel ou pelo valor das tarifas de internet, ou mesmo pela precarização na transmissão de dados via internet, principalmente fora dos grandes centros urbanos.

Nesta situação, principalmente a alfabetização, fase de enorme relevância para o desenvolvimento e aprendizagem das crianças que precisam de auxílio constante de professores, o afastamento atrapalhou consideravelmente a aprendizagem no que diz respeito à eficácia e qualidade. Desta forma, o presente trabalho buscou conceituar e definir alfabetização. Em seguida, abordamos a prática da alfabetização dos alunos, conforme a concepção de Emília Ferreiro (1985) acerca das possibilidades da evolução do aluno na aprendizagem da escrita e da leitura, além de abordar as dificuldades de alfabetizar no contexto da pandemia. Por fim, uma observamos como a pandemia prejudicou a

prática pedagógica dos professores alfabetizadores, que tiveram que refletir sobre novas possibilidades para um ensino considerável e de qualidade, diante de uma alfabetização como um meio de formação do ser humano, enquanto agente de transformação social.

Neste aspecto, utilizamos a abordagem qualitativa, a pesquisa exploratória e a pesquisa bibliográfica a partir das contribuições de Ana Teberosky e Emília Ferreiro (1985), Lidianie Goedert (2019), Freire e Macedo (2011), entre outros autores.

1 CONCEITO E DEFINIÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO

A alfabetização é estabelecida como o método de conhecimento onde se progride a competência de ler e escrever de modo apropriado e a usar esta competência como um símbolo de diálogo com o seu ambiente. É o método onde os professores buscam dar mais dedicação no decorrer da etapa de educação introdutória escolar, através da evolução das ações da alfabetização, que abrangem o conhecimento do alfabeto e as técnicas para uma aprendizagem significativa. Por meio destas iniciativas, o sujeito consegue alcançar a eficiência de leitura, de compreensão de textos e da fala de maneira geral, abrangendo a operação de

números, que são aptidões indispensáveis no contexto socioeducativo. Desta forma, trouxemos para o debate importantes pensadoras, defensoras do conceito construtivista, principalmente na aprendizagem da leitura e escrita, foram as educadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), com o trabalho sobre a psicogênese da língua escrita, que desvendou o que pensam as crianças durante o processo de alfabetização.

Emília Ferreiro; Teberosky descreveu esse processo cognitivo:

Do ponto de vista construtivo, a escrita infantil segue uma linha de evolução surpreendentemente regular, através de diversos meios culturais, de diversas situações educativas e de diversas línguas. Aí, podem ser distinguidos três grandes períodos no interior dos quais cabem múltiplas subdivisões:

- distinção entre o modo de representação icônico e o não icônico;
- a construção de formas de diferenciação (controle progressivo das variações sobre os eixos qualitativo e quantitativo);
- a fonetização da escrita (que se inicia com um período silábico e culmina no período alfabético). (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985, p. 19).

Assim, a alfabetização pode resinificar a competência de coletividade do ser humano, uma vez que proporciona novas experiências, além de proporcionar o acesso à bens culturais.

Neste contexto, Cagliari (1998), explica que as cartilhas trabalham com uma concepção de língua escrita como transcrição da fala. Seus textos são construídos com a função de tornar clara essa relação de transcrição tendo palavras-chave e famílias silábicas usadas repetidamente. Nesta linha de trabalho, a alfabetização não ocorre de forma significativa e o trabalho de letramento é comprometido, conforme definido nos Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa:

O ensino de Língua Portuguesa tem sido marcado por uma seqüenciação de conteúdos que se poderia chamar de aditiva: ensina-se a juntar sílabas (ou letras) para formar palavras, a juntar palavras para formar frases e a juntar frases para formar textos. Essa abordagem aditiva levou a escola a trabalhar com “textos” que só servem para ensinar a ler. “Textos” que não existem fora da escola e, como os escritos das cartilhas, em geral, nem sequer podem ser considerados textos, pois não passam de simples agregados de frases (BRASIL, 2001).

Assim, o aluno produz possibilidades sobre a escrita de uma palavra que vai se desfazendo e refazendo para outras mais apropriadas de acordo com os incentivos, práticas e mediações. Segundo as autoras, o aluno deve escrever da maneira que compreende para que o professor venha a entender em qual nível de

escrita ele se encontra, para então elaborar e levar à sala de aula atividades apropriadas para que o aluno venha a avançar progressivamente.

Destarte, a incompetência de obter a habilidade da leitura e da escrita é denominada de analfabetismo. Há também a incompetência de assimilação de textos simples, que é denominada de analfabetismo funcional. O letramento, independente da alfabetização, vai ao encontro da habilidade do uso da leitura e escrita. É a finalidade, a estruturação do conhecimento, o intuito, a criação de significado que se produz e se faz a partir da escrita, dadas as situações.

Soares (1998), faz a diferenciação entre alfabetização e letramento e entre alfabetizado e letrado:

Um indivíduo alfabetizado não é necessariamente um indivíduo letrado; alfabetizado é aquele indivíduo que sabe ler e escrever, já o indivíduo letrado, indivíduo que vive em estado de letramento, é não só aquele que sabe ler e escrever, mas aquele que usa socialmente a leitura e a escrita, pratica a leitura e a escrita, responde adequadamente às demandas sociais de leitura e de escrita (SOARES, 1998, p. 39-40).

É indispensável que se reconheça que não é viável trabalhar a educação como sendo algo específico, já que somos seres sociáveis e obtemos do meio, métodos que

intercedem no conhecimento (FERREIRO, 1996, pag.97).

A casualidade que a pandemia ocasionou, exigiu mudanças em diferenciadas áreas de trabalho, como na Educação, que em curto tempo precisou de ferramentas que proporcionassem acesso às reuniões e aulas on-line, com microfones, câmeras e computadores, além do conhecimento ágil para empregar esses recursos como meio de comunicação e intermediação das aulas. Além das fragilidades citadas, constatou-se a desigualdade socioeconômica, como a ausência dos estudantes nas aulas por falta de rede de internet ou ferramentas tecnológicas, como expressado por Aragón (2020, p.16): “a pandemia nos colocou ‘cara a cara’ com as desigualdades e fragilidades de nosso sistema educacional.”

Com o afastamento social, fez-se indispensável que os professores produzissem maneiras para assegurar o alcance a todos os estudantes, sendo necessário que também se adaptassem a essa nova situação, procurando objetivos apropriados, escolhendo as técnicas e as ferramentas para alcançar e analisar todos os estudantes e fazendo, assim, das tecnologias digitais de informação e comunicação uma das principais ferramentas de trabalho.

Ao refletir sobre os alunos em fase de alfabetização, foi indispensável pensar em atividades para esse público, com participação dos familiares e/ou responsáveis, para tanto, as atividades deveriam ser estruturadas, de forma simples e com objetivos que abarcassem as famílias. Na procura por alcançar o maior número de crianças, as atividades poderiam ser conectadas de forma digital ou impressa, retirada na escola, o que também exigia a intervenção de algum familiar e/ou responsável.

Os professores como imigrantes tecnológicos aprendendo a relacionar-se com todo esse conjunto de oportunidades que as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) vêm possibilitando, diferenciado dos estudantes, que são propriamente digitais, pois já se originaram com a existência do *wi-fi* em suas casas e ingresso a várias tecnologias. Por isso, ao longo dessa metodologia foram sendo agregadas às tarefas semanais brincadeiras eletrônicas, vídeos, formação de planos interativos pelo mural virtual e reuniões simultâneas com videochamadas.

A presença das TDIC na escola vem para alterar toda a concepção de ensino e aprendizagem e, na citação abaixo, Goedert (2019) expõe algumas dessas contribuições:

No campo educacional, as TICs, particularmente as digitais, podem contribuir para transformar o trabalho pedagógico do professor, auxiliando e ampliando competências (comunicativas, por exemplo) e metodologias de ensino e aprendizagem. Entretanto, a sua inserção no contexto escolar deve contribuir para estimular, nos alunos, o desenvolvimento do pensamento crítico, criativo e a aprendizagem cooperativa e colaborativa. Para que isso se efetive, a mediação pedagógica do professor é fator essencial (GOEDERT, 2019, p. 45).

A atividade remota expôs que há oportunidades de alterações no dia a dia da sala de aula com o professor sendo mais participativo, ou seja, “um formulador de problemas, provocador de interrogações, coordenador de equipe de trabalhos, sistematizador de experiências” (SILVA, 2001, p. 9).

A pandemia de Covid-19 trouxe uma série de desafios que provavelmente mudarão a prática docente, tornando-se necessário olhar para trás e compreender as mudanças ocorridas. A seguir, far-se-á uma análise do atual processo de alfabetização, mostrando como o pensamento de Emília Ferreiro continua sendo influente para uma abordagem mais significativa da alfabetização, possibilitando a criança uma compreensão maior daquilo que está aprendendo.

2 O PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO

O ensino da leitura e da escrita acontece de forma mais organizada nos primeiros anos do ensino fundamental e tem como finalidade proporcionar a criança o entendimento acerca do conjunto de signos e símbolos da nossa língua. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) a alfabetização tem como foco “garantir amplas oportunidades para que os alunos se apropriem do sistema de escrita alfabética de modo articulado ao desenvolvimento de outras habilidades de leitura e de escrita e ao seu envolvimento em práticas diversificadas de letramentos” (BRASIL, 2018).

Assim, a alfabetização deve refletir uma sequência de motivos para que seja real e considerável para os alunos, expandindo simultaneamente a habilidade linguística, a compreensão do mundo e de si mesmo, orientando os alunos diante das dificuldades e possibilidades individuais. Ou seja, a realização alfabetizadora busca progredir a leitura crítica do mundo e tornar o alfabetizando um agente da transformação pelas informações que é capaz de compreender.

Para Freire e Macedo (2011) a alfabetização é uma:

Relação dialética dos seres humanos com o mundo, por um lado, e com a

linguagem e com a ação transformadora, por outro. Dentro dessa perspectiva, a alfabetização não é tratada meramente como uma habilidade técnica a ser adquirida, mas como fundamento necessário à ação cultural para a liberdade, aspecto essencial daquilo que significa ser um agente individual e socialmente constituído. Ainda da maior importância, a alfabetização para Freire é, inerentemente, um projeto político no qual homens e mulheres afirmam seu direito e sua responsabilidade não apenas de ler, compreender e transformar suas experiências pessoais, mas também de reconstituir sua relação com a sociedade mais ampla. (FREIRE; MACEDO, 2011, p.31).

Logo, a alfabetização depende de uma série de fatores para que seja significativa e efetiva, levando o educando a tomar consciência da importância e do uso da linguagem no dia a dia, como uma atividade essencial no processo social e humano. Mais do que ensinar a decodificar os signos da língua, é necessário ensinar a interpretar e compreender os significados.

Diante disso, com a pandemia de Covid-19 a alfabetização se tornou um desafio e uma necessidade ainda maior. Se antes o ensino já necessitava de alguns apoios, com o distanciamento ampliaram-se as dificuldades que o professor se confronta. E as crianças afastadas da escola e da imersão que está proporcionada na vida social e cultural, precisam do ensino e do

convívio para que se desenvolvam de forma significativa e não fiquem sem orientação educacional. Assim, a seguir serão discutidas as consequências que a pandemia trouxe na vida das crianças e professores e como ambos podem trabalhar para conjuntamente solucionar esses problemas contemporâneos.

3 DIFICULDADES DA ALFABETIZAÇÃO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

Um dos grandes desafios durante a pandemia foi o ensino remoto através do uso de tecnologias. Com a pandemia de Covid-19 os professores tiveram que repensar e reavaliar as suas práticas para que a educação chegasse até as crianças e cumprisse as expectativas quanto as suas etapas de aprendizagem. Porém, como se tratava de processo novo, muitos entraves apareceram nessa caminhada. A falta de recurso tanto das escolas quanto dos alunos, a falta de envolvimento e engajamento, a indisponibilidade de alguns pais para ajudarem são exemplos dessas dificuldades.

Quando somadas, todas essas barreiras interferiram na aprendizagem do aluno que já tinha que lidar com uma série de outros fatores inerentes a esse processo, como a situação precária das escolas públicas, principalmente as da periferia, a dificuldade de se manter na escola devido à

falta de incentivo ou a necessidade de ajudar em casa para complementar a renda da família. Dessa forma, coube ao professor ter muito mais sensibilidade, engajamento e disciplina para tornar o ensino mais significativo, indo muito além das práticas conservadoras e trabalhando com conteúdo interativos para despertar o interesse e a atenção das crianças para o conhecimento.

As dificuldades e incertezas que se instauraram nas instituições de ensino, a partir da decretação da pandemia, requereram urgência na solução dos conflitos, poder de decisão, redimensionamento de práticas e a construção de um novo fazer pedagógico. (TEMÓTEO, 2021, p.74).

Ao falarmos de alfabetização tudo se torna ainda mais difícil, já que as crianças ficam em casa diante das ferramentas tecnológicas que pouco buscam as habilidades linguísticas. A falta de comunicação com textos e imagens textuais afastou as crianças da realidade da alfabetização e complicaram o entendimento da prática do método de escrita.

Sem um local apropriado e uma condução contínua do professor para direcionar e analisar o desenvolvimento da criança, tudo se torna muito indefinido. Soares (2020) afirma que:

Diagnosticar o nível de compreensão da escrita em que se encontram as crianças tem, para a ação educativa de alfabetizar em situação escolar, objetivos pedagógicos: a partir desse diagnóstico, podem ser definidos procedimentos de mediação pedagógica que estimulem e orientem as crianças a progredir, a avançar de um nível ao seguinte atuando, nas palavras de Vygotsky, sobre sua zona de desenvolvimento potencial. [...] (SOARES, 2020, p. 57).

Neste contexto, cabem algumas indagações que necessitam ser analisadas com o intuito de alcançar uma saída: como o professor pode qualificar a alfabetização de forma distanciada? Existem técnicas e habilidades mais eficazes nessas circunstâncias? Como um cenário atual e que causou espanto no mundo inteiro, as primeiras reações à pandemia de Covid-19 foram guiadas pela improvisação e pela necessidade de não deixar as crianças desprotegidas, já que o afastamento não possuía uma data definida para terminar. Assim, nos primeiros instantes foram passadas algumas tarefas para serem feitas remotamente com o auxílio dos pais.

Mas, logo se compreendeu que a falta da escola ia muito além de um espaço adequado para o ensino; passava pela necessidade de socialização das crianças, pela contextualização do ensino e pela imersão que o ambiente escolar

proporciona, coisas que a casa de cada aluno não permite, tanto pela falta de disciplina quanto ao ensino, quanto pela falta de conhecimentos didáticos dos pais para auxiliarem seus filhos nas tarefas, como afirmam Frigo (2020, p. 110):

Sob essa perspectiva, a ação docente se faz relevante, pois é a promotora – ou não – de um ambiente escolar articulado para a construção de significados socialmente compartilhados que nos remetem à vida em grupo, em comunidade e, simultaneamente, proporciona a elaboração pessoal da construção de conhecimentos.

O professor e a escola logo entenderam que sem a ajuda e comprometimento dos pais grande parte do ano letivo seria perdido e o avanço das crianças ficaria abaixo do esperado. Para complementar isso, muitas escolas e professores apostaram na comunicação através de grupos de *WathsApp*, proporcionando uma proximidade maior e uma resposta mais acelerada às indagações e dúvidas.

Os pais passaram a ser intermediários entre o professor e o aluno, sendo responsável pela direção e programação do tempo de execução das atividades. Porém, isso deriva uma sequência de problemas, como a falta de tempo dos pais e do conhecimento em

relação as técnicas de aprendizagem, o qual demanda tempo e paciência, pois não acontece rapidamente, mas de forma progressiva ao longo de uma prática significativamente planejada. Por outro lado, não é função dos pais ministrar aulas, uma vez que não têm formação específica para exercício da docência.

Diante da dificuldade dos pais em realizar o intermédio entre a escola e seus filhos, propôs-se aulas on-line através de aplicativos que permitissem a participação de todos os alunos coordenados pelo professor. Novos desafios surgiram, como a falta de domínio da tecnologia por grande parte dos professores e a pouca disciplina e paciência por parte dos pais e alunos para acompanhar as aulas. Assim, diante de todos esses problemas levantados, volta-se a pergunta feita anteriormente: como o professor pode qualificar a alfabetização de forma distanciada? É de suma importância que o professor saiba evocar os princípios que Paulo Freire (1997) afirma em “Professor sim, Tia não: cartas a quem ousa ensinar”:

Um dos erros mais funestos que podemos cometer, enquanto estudamos, como alunos ou professores, é recuar em face do primeiro obstáculo com que nos defrontamos. É o de não assumirmos a responsabilidade que a tarefa de estudar nos impõe, como, de resto,

qualquer tarefa o faz a quem a deve cumprir. Estudar é um que-fazer exigente em cujo processo se dá uma sucessão de dor, de prazer, de sensação de vitórias, de derrotas, de dúvidas e de alegria. Mas estudar, por isso mesmo, implica a formação de uma disciplina rigorosa que forjamos em nós mesmos, em nosso corpo consciente. Não pode esta disciplina ser doada ou imposta a nós por ninguém sem que isto signifique desconhecer a importância do papel do educador em sua criação. De qualquer maneira, ou somos sujeitos dela ou ela vira pura justaposição a nós. Ou aderimos ao estudo como deleite, ou o assumimos como necessidade e prazer ou o estudo é puro fardo e, como tal, o abandonamos na primeira esquina. (FREIRE, 1997, p. 28).

De fato, toda essa situação não se apresentou fácil aos professores e alunos, exigindo muito mais do que estavam acostumados. E se o que se objetiva é efetivar de forma determinada aquilo que se espera da criança na série em que ela está, o trabalho e o envolvimento agora devem ser muito maiores, principalmente do professor, que sabe da importância da alfabetização das crianças, sobretudo daquelas que vivem em situações mais precárias. A educação nesses tempos de pandemia passou a ser uma urgência muito mais social do que epistemológica, visto que determinará de forma dolorosa o destino daqueles que tiverem um estímulo melhor.

Assim, tomando os princípios de Paulo Freire como fundamento do agir o educador que pretende êxito em sua prática, deve investir em outras metodologias e ferramentas, como o uso de jogos e vídeos interativos com as crianças. Um recurso importantíssimo para aprendizagem foram as reuniões virtuais, onde os alunos puderam interagir com seus colegas e professores, se envolvendo por meio das atividades, e assim passaram a se interessar mais pela escrita e leitura.

Nas aulas virtuais, antes de apelar para uma proposta imediatista de ensino das letras sem que haja uma localização da necessidade de aprender, o professor pode ler histórias e representá-las de forma lúdica para que a criança se envolva com o sistema de linguagem e seu universo simbólico. Anacleto (2013).

Privilegiando a abordagem construtivista, orientando a criança a formar suas próprias concepções acerca de sua relação com a escrita, o professor trabalha a alfabetização explorando recursos gráficos que despertem a atenção e o interesse das crianças, e ainda revela como a linguagem está relacionada ao seu contexto social e cultural.

Portanto, alfabetizar letrando ou letrar alfabetizando pela integração é sem dúvida o caminho para superação dos

problemas enfrentados nas diversas etapas de escolarização (SOARES, 2004). Porém, conforme Soares (2020) o processo de pandemia afastou as crianças das escolas e das alfabetizadoras em uma fase fundamental do processo de escolarização interrompendo o processo de alfabetização e letramento em que a interação professora e aluno é indispensável.

O dia a dia traz um vínculo de convivência e socialização primordiais no processo de transmissão de conhecimento, principalmente no sistema de escrita alfabética que depende da relação entre a fala e a escrita. Além do impedimento da importante socialização com os professores a privação da socialização com as outras crianças afeta o seu desenvolvimento como indivíduo pertencente a uma sociedade, pois interferem nas trocas de experiências, diferenças, decisões e conflitos.

Sabe-se que neste processo de alfabetização e letramento o conhecimento adquirido em suas brincadeiras e experimentado em casa através da família é de suma importância para o desenvolvimento do conhecimento dessas crianças. O professor, porém, tem papel fundamental nesse processo para orientar e direcionar, canalizando todo esse conhecimento em um desenvolvimento contínuo de aprendizado.

O contato social e a troca de experiências também se faz primordial nesta fase que as crianças estão e com o distanciamento provocado esse impacto foi direto, inclusive com maior afeto crianças que possuem algum distúrbio que precisa de acompanhamento direto e direcionado como mostrado no trabalho de Dias, Santos e Abreu (2021) onde mostra o processo de inclusão social nas escolas e o quanto foi difícil para crianças com autismo este ensino remoto. Os alunos especiais que tinham como a única refeição do dia a merenda da escola, fugitivos do trabalho infantil, enfim, teve-se várias crianças afetadas com intensidades diferentes e de maneiras diferentes.

Na escola, em muitos dos casos, o apoio inexistiu ou foi muito baixo por vários aspectos como a falta de preparo de meios de contato com os alunos, a falta de material apropriado, a falta de interesse, falta de formação para atuação neste ambiente e o próprio impacto emocional. Porém a necessidade de estruturação das escolas públicas e o investimento em educação ficou evidente inclusive na disparidade entre as escolas públicas e privadas do Brasil.

Alguns autores relataram que o cenário também mostrou a resiliência por parte de professores, escolas e famílias na

aprendizagem e na adequação das ferramentas digitais para acompanhamento dos alunos, a busca de diferentes acessos aos alunos e acompanhamentos e a importância que a educação exerce dentro do contexto de família e sociedade.

Questão exemplificada no trabalho de Vieira e Silva (2021):

Apesar dos limites impostos pelo contexto de isolamento social, houve a busca pela efetivação de um projeto educativo construído a partir de vozes plurais, por meio do diálogo entre as educadoras, as crianças e os familiares. A construção de um processo educativo remoto que respeite a vivência da infância, a expressão das diferentes linguagens das crianças e o seu protagonismo tem se constituído através de uma relação de parceria com as famílias que, neste percurso, atuaram como “porta-vozes de seus filhos e filhas”, comunicando os seus interesses, sugerindo propostas a serem ofertadas (tendo como base os relatos que ouvem em casa), e compartilhando as vivências do cotidiano. (VIEIRA E SILVA, 2021, p. 04).

Esse processo de resiliência e força mostrado pelos educadores também foi demonstrado no trabalho de Souza, Silva e Vieth (2021) em um depoimento de uma professora de 20 anos de docência na adaptação ao novo modelo instalado, mostrando as angústias e anseios, mas também, a persistência e paixão pela profissão, como nos relatos abaixo:

Ao longo desses últimos meses de distanciamento social, fui me adaptando às novas normas...cada dia eu buscava compreender melhor a situação, mas ao mesmo tempo ficava ansiosa, porém sem deixar a ansiedade atrapalhar o meu trabalho. Busquei “forças” nos relatos de outras colegas e fomos juntas nos unindo virtualmente. Isso, de certa forma, colaborou muito para aprendermos dia a dia a lidar com a situação; fui fazendo mais formações on-line e lendo sobre o Ensino Remoto.... Nunca deixei de estar preocupada, mas estamos em uma luta incessante para atender a todos, mesmo não conseguindo. Essa realidade, que apresentamos anteriormente, se agrava com o cenário de distanciamento social e tecnológico, pois muitos alunos não têm acesso. (SOUZA; SILVA; VIETH, 2021, p. 285).

O impacto causado na educação dessas crianças foi relatado por Bessa (2021) como tendo uma diminuição significativa na aprendizagem das crianças durante a pandemia. Vários autores colocaram hipóteses, porém com poucos estudos. Neste sentido:

Embora haja um número crescente de publicações com o objetivo de estimar os impactos da pandemia de covid-19 sobre o desenvolvimento e o bem-estar de crianças pequenas e nas desigualdades educacionais, não está evidente qual será a magnitude desses efeitos, em especial no Brasil com grande desigualdade social e um longo período de interrupção das atividades presenciais nas escolas (KOSLINSKI E BARTHOLO, 2021, Pag. 04). Como se trata de um evento não

previsto, a maior parte dos estudos publicados apresenta relatos e percepções de diferentes atores sobre os impactos da interrupção das atividades presenciais e do ensino remoto no desenvolvimento das crianças. Outros estudos realizaram revisões sistemáticas com foco em eventos passados que guardam alguma relação com a pandemia de covid-19 e seus possíveis efeitos nas oportunidades educacionais (KOSLINSKI E BARTHOLO, 2021, p. 06).

Isso mostra o início de uma grande discussão de qual o impacto que este isolamento social e a concentração da educação on-line provocou nas crianças no processo de alfabetização e letramento. Independentemente dos resultados dos artigos, todos apontam que são estudos preliminares e que precisamos evoluir nesta questão para atuar e mitigar todos os eventuais problemas causados.

4 MATERIAIS E MÉTODOS

Para a realização do artigo científico em tela, utilizou-se a abordagem qualitativa que tem como premissa analisar e interpretar aspectos mais profundos, por ser uma pesquisa de cunho subjetivo tende-se a fazer análises detalhadas sobre o fenômeno, pautadas no conhecimento científico (MARCONI; LAKATOS, 2010). Para tal, partiu-se da investigação de como se deu o processo de alfabetização durante a

pandemia de COVID-19 no primeiro ano do Ensino Fundamental, este foi o foco do estudo.

O método utilizado para o desenvolvimento do artigo, foi a pesquisa exploratória que proporciona maior familiaridade com o problema, segundo Gil (2007) essa pesquisa costuma envolver: levantamento bibliográfico; entrevistas; análise de exemplos que estimulem a compreensão. Diante disso, os materiais que serviram de base para esse estudo foram: periódicos científicos, revistas, livros e documentos.

Utilizou-se como estratégia de estudo, a pesquisa bibliográfica entendida como a leitura, a análise e a interpretação de materiais impressos, sendo desenvolvida por material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. (GIL, 2010).

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Há muitos desafios para que se consolide o processo de alfabetização, uma vez que muitas crianças não tem acesso às tecnologias de comunicação principalmente nas camadas mais pobres e a falta de acompanhamento dos pais para auxiliar seus filhos, muitos são analfabetos e não sabem mediar esse ensino durante a realização das tarefas. Outro fator

importante é a falta de interação entre criança e alfabetizador tão essenciais no processo de ensino aprendizagem. A interação através de vídeo aulas, áudio e plantão não são tão eficientes para o processo de alfabetização, uma vez que esses recursos não atingem a todos, ficando impossível de obter êxito total para se consolidar a alfabetização.

Crianças e famílias de baixa renda e escolas públicas tiveram menos acesso a meios de aulas ao vivo através de plataformas digitais e menos apoio da escola como mostrado nos estudos de Koslinski e Bartholo (2021) e corroborado por Barnett e Jung (2020) em estudos conduzidos nos Estados Unidos.

Prender a atenção dos alunos foi outra tarefa mencionada como muito difícil por estarem em casa e com várias distrações. No trabalho de Koslinski e Bartholo (2021) esta hipótese é levantada para explicar a baixa participação das crianças nas aulas remotas e os autores associam as oportunidades de aprendizado ao nível socioeconômico das famílias, onde famílias com nível socioeconômico mais alto realizam com maior frequência atividades que são associadas a aprendizagem das crianças.

Essa sobrecarga de trabalho e estudos aliados aos anseios do âmbito da

saúde causados pela pandemia trouxe também à tona o impacto mental dessas famílias e dos professores. Principalmente de mães que acumularam o papel de cuidadoras da família e educadoras se viram em sobrecarga e em uma classe de alta sensibilidade.

Neste aspecto, Linhares; Enumo (2020) destaca que:

Pode-se observar que esses novos desafios estão muitas vezes potencializando os problemas existentes previamente no contexto familiar, especialmente naquelas que apresentam maior vulnerabilidade psicossocial por viverem em condições adversas com múltiplos fatores de risco.

Por sua vez, Bessa (2021) através de questionários on-line aplicados a professores de duas cidades dos estados de Goiás e São Paulo mostraram que o isolamento social e a mudança abrupta de atividade têm afetado o bem-estar da saúde mental dos docentes e indicam que além de despreparados para o novo modelo se mostram ansiosos, sobrecarregados, cansados, estressados e até depressivos com relação a pandemia.

Nos estudos realizados por Koslinski e Bartholo (2021) apresentou-se os resultados preliminares de uma pesquisa em escolas públicas e privadas através de questionários discutindo os efeitos da

pandemia de covid-19 nas oportunidades de aprendizagem das crianças e mostraram que 80% dos professores das escolas privadas realizavam reuniões pedagógicas virtuais com as famílias e as crianças e 98% dos professores postavam materiais em plataformas e site da turma ou da escola.

Esse percentual caiu para 57,6% entre os professores das escolas públicas em relação as reuniões periódicas. Além disso neste mesmo trabalho mostra que a maior parte dos professores da rede privada dispunha de uma ferramenta para aulas ao vivo com interação com as crianças enquanto nenhum professor da escola pública utilizou-se dessas ferramentas.

O engajamento da comunidade escolar neste momento ajudou para a construção da história da educação e da sociedade. Outro motivo tão importante quanto, foi que as crianças que estabeleceram uma rotina e espaço próprio para estudar, apresentaram melhores resultados no desempenho e aprendizado.

Os grupos que mostraram maior flexibilidade e adaptação ao novo, alcançaram desempenho satisfatório na superação das dificuldades sócio emocionais. A preocupação com a atenção e o auxílio aos alunos e familiares fez a diferença no esforço coletivo para passar o ano letivo de forma cooperativa.

As professoras buscaram o aprendizado, atualização para a melhor utilização dos recursos digitais, em formação contínua para acompanhar as mudanças que a pandemia trouxe para a educação. Os familiares contribuíram para adaptação a uma nova realidade. Foi transformador. A educação precisou ser repensada e reinventada em tempos difíceis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acreditamos que a alfabetização dos alunos ao término do ano letivo foi caracterizada pela abrupta suspensão das aulas presenciais diante da pandemia. Por outro lado, percebemos também o desempenho da família como aliada, respondendo as alterações e adequações de forma assertiva e mútua. Observamos também a problemática da qualidade dos equipamentos utilizados pelos estudantes, com também o acesso à internet, questões que precisam ser resolvidas rapidamente.

Outro ponto de reflexão vai ao encontro do comprometimento da comunidade escolar que atuou para a produção da história do ensino e da coletividade. Outro motivo tão significativo quanto, foi que os alunos que determinaram uma rotina e lugar próprio para estudar, apresentaram melhores resultados no desempenho e aprendizado. Os grupos que

mostraram maior compreensão e adequação ao novo, alcançaram comportamentos suficientes no aspecto sócio emocional.

A preocupação no acolhimento, e a ajuda aos alunos e familiares fez a diferença na dedicação conjunta para percorrer o ano letivo de maneira responsável. A busca pelo aprendizado, atualização para a melhor utilização dos recursos digitais, e em formação contínua para acompanhar as transformações que a pandemia trouxe para educação. Os familiares ajudando para adequação a uma nova realidade foi renovador. A educação precisou ser reconsiderada e recriada em tempos difíceis.

Outra situação que merece atenção é a mediação e intermédio do professor no trabalho de alfabetização e letramento, pois, conforme Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1985), os avanços nas hipóteses de escrita ocorrem a partir de uma ação sistemática e dialética e de atividades que questionem o que cada criança realizou para que busquem novas resoluções.

Tal ação não seria possível ser atribuída aos familiares e, mesmo com os vídeos em que se buscou reparar um pouco essa situação, averiguou-se o quanto ela é considerada nesse processo e o quanto ainda temos que adaptar e desenvolver para que o trabalho de ensino-aprendizagem a

distância seja tão eficaz quanto o presencial, como descrito por Aragón (2020), em que essas experiências deveriam ser avaliadas e as boas práticas integradas no currículo para compor novos ecossistemas pedagógicos com a inclusão das TDIC.

Assim, ainda que as ações fossem sendo preparadas e realizadas à medida que as situações e adversidades surgiam, a prática e o entendimento do professor, unidos à união e às trocas de pensamentos, colaboraram muito na preparação e ação de cada projeto, chegando a bons resultados, mesmo com aqueles alunos pouco presentes e/ou participativos, pois em algum instante o contato, interação, atividade ou vídeo chegou até ele e pôde-se considerar um desenvolvimento mesmo que inibido.

A partir da construção do nosso artigo científico, entendemos que a escola como um todo deve propor ações mitigatórias tanto pedagógicas como socioculturais, voltadas para reduzir os danos tanto emocionais, como na quebra das relações sociais.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, Julia Maria Borges. **O papel do outro na aquisição da escrita pela criança: o construtivismo na alfabetização e a psicanálise.** 2013. 116 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Educação, Faculdade de Educação, USP, São Paulo, 2013.

Disponível em:
https://teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-22012014-131822/publico/JULIA_MARIA_BORGE_S_ANACLETO.pdf. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARAGÓN, Rosane. **Educação pós-coronavírus: mais tecnologias digitais e novos ecossistemas pedagógicos**. 2020. Disponível em:
<https://gauchazh.clicrbs.com.br/comportamento/noticia/2020/04/educacao-pos-coronavirus-mais-tecnologias-digitais-e-novos-ecossistemas-pedagogicos-ck9d76jx6004n017n2unxog1q.html>. Acesso em: 05 dez. 2022.

BESSA, S. **Professores em tempos de pandemia: percepções, sentimentos e prática pedagógica**. Devir Educação, v 9, n. 7, pag. 183-205, nov. 2021. Disponível em:
<http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/410>. Acesso em: 1 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa**. Brasília: MEC, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Programa de Formação de professores alfabetizadores**. Brasília: MEC, 2002.

_____. Ministério da Educação. **Programa mais alfabetização**. Brasília: MEC, 2018.

BARNETT, S. W.; JUNG, K. **The pandemic and preschool education in five charts**. NEPC Newsletter, September 2020.

CAGLIARI, Luis Carlos. **Alfabetização sem o ba, bé, bi, bó, bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

DIAS, A.A.; SANTOS, I, S; ABREU, A.R.P. **Crianças com transtorno do espectro autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na Educação Infantil**. Zero-a-Seis, Florianópolis, v. 23 n. Especial, p. 101-124, jan. 2021. Disponível em:
<http://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79005/45377>. Acesso em 1 nov. 2022.

FERREIRO, E.; GOMES PALACIO, M. (Coord.). **Os processos de leitura e escrita: novas perspectivas**. Trad. Maria L. Silveira. 3ª ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2003.

_____. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo: Olho d'água, 1997.

_____. **Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra**. Tradução Lólio Lourenço de Oliveira. 8ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

FRIGO, Andrea Beatriz Gonzales. **Políticas de escrita em contextos de alfabetização:**

caminhos e descaminhos. 2020. 261f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Educação, Linguagem e Psicologia, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOEDERT, Lidiane. **Práticas de mediação pedagógica online em interlocução com o modelo de comunidade de inquirição**. 2019. 430f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências da Educação, Universidade do Minho, Braga, 2019.

JUNG, H. S.; FOSSATTI, P. DUAS DÉCADAS DE LDB 9394/96: GÊNESE, (DES)CAMINHOS, INFLUÊNCIA INTERNACIONAL E LEGADO. **Teoria E Prática Da Educação**, vol. 21, n. 3, pag. 53-65, dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/TeorPratEduc/article/view/45213/pdf>. Acesso em: 01 dez. 2022.

KOSLINSKI, M. C.; BARTHOLO, T. L. **A pandemia e as desigualdades de oportunidades de aprendizagem na educação infantil**. Estudos Em Avaliação Educacional, vol. 32, pag. 1-27, dez. 2021. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/8314>. Acesso em: 02 dez. 2022.

_____. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. 5 ed. São Paulo, SP: Atlas, 2010.

LINHARES, Maria Beatriz Martins; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Reflexões baseadas na Psicologia sobre efeitos da pandemia COVID-19 no desenvolvimento infantil. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 37, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CrYD84R5ywKWBqwbRzLzd8C/?lang=pt>. Acesso em: 02 jan. 2023.

SILVA, Marco. **Sala de aula interativa a educação presencial e a distância em sintonia com a era digital e com a cidadania**. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DA COMUNICAÇÃO**, 24, 2001. Campo Grande: Intercom, 2001.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Ceale/Autêntica, 1998.

_____. **Alfabetrar: toda criança pode aprender a ler e escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

_____, M. B. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 25, p. 5-16, jan./abr. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/89tX3SGw5G4dNWdHRkRxrZk/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 nov. 2022.

SOUZA, I. dos S. de; SILVA, A. J. N. da; VIETH, J. dos A. O ensino e aprendizagem da matemática em contexto pandêmico: com a palavra uma professora dos anos iniciais. **Revista BOEM**, Florianópolis, v. 9, n. 18, p. 274-286, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/boem/article/view/19129>. Acesso em: 5 jan. 2023.

TEMÓTEO, Antônia Sueli S. G. A constituição de letramentos, durante a Pandemia: desafios para professores e alunos. In: KERSCH, Dorotea Frank et al. **Multiletramentos na pandemia: aprendizagens na, para a e além da escola**. São Leopoldo: Casa Leiria, 2021. Disponível em: Acesso em: 21.12.2022.

VIEIRA, N. F. S.; SILVA, M. R. P. **Como nó e nós: a documentação pedagógica na creche no contexto da pandemia**. **Holos**, vol. 3, pag. 1-13, ago. 2021. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11628>. Acesso em: 10 dez. 2022.

